

### Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da Habitar S. João — Empresa Municipal de Habitação, E. M., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

2 — No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos permitem uma

adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório do conselho de administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos de parecer que:

i) Seja aprovado o relatório do conselho de administração;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de estudos.

1 de Fevereiro de 2004. — O Fiscal Único, Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.<sup>da</sup>, representada por *Hermínio António Paulos Afonso*, revisor oficial de contas. 2007830868



## PARTE J

### BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S. A.

#### Relatório n.º 13-S/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 2308; identificação de pessoa colectiva n.º 502593687; data da apresentação n.º 11 de Julho de 2005.

Maria da Graça Mendes Zuzarte, primeira-ajudante do quadro de pessoal paralelo do Município de Lisboa, afecto à Conservatória do

Registo Comercial desta cidade ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro:

Certifica, que foram depositadas na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas no ano de 2004 e às consolidadas do mesmo ano.

Está conforme o original.

7 de Outubro de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Maria da Graça Mendes Zuzarte*.

### Relatório e contas consolidadas de 2004

#### Síntese de indicadores relevantes — Balanço

	2004	2003	ABS	Variação (percentagem)
Activo líquido total .....	3 881 961	3 407 578	474 383	13,9
Crédito a clientes .....	3 150 790	2 726 530	424 200	15,6
Recursos de clientes .....	2 766 048	2 457 555	308 493	12,6
Em balanço .....	1 732 948	1 584 203	148 745	9,4
Fundos de investimento .....	536 491	449 310	87 181	19,4
Outros fora de balanço .....	496 609	424 042	72 567	17,1
Situação líquida .....	194 340	188 708	5 632	3,0
Conta de resultados:				
(+) Juros e proveitos equiparados .....	131 198	120 969	10 229	8,5
(-) Juros e custos equiparados .....	73 886	63 636	10 250	16,1
(=) Margem financeira .....	57 312	57 333	— 21	—
(+) Outros proveitos correntes .....	80 974	78 187	2 787	3,6
(-) Outros custos correntes .....	35 189	36 299	— 1 110	— 3,1
(=) Produto bancário .....	103 098	99 221	3 877	3,9
(-) Custos administrativos .....	71 443	69 386	2 057	3,0
(=) Resultado bruto de exploração .....	31 655	29 835	1 820	6,1
(+) Resultados extraordinários .....	— 8 624	— 6 385	— 2 239	35,1
(+) Resultados subs. exd. consolid. ....	841	479	362	75,5
(=) Resultado bruto global .....	23 872	23 929	— 57	— 0,2
(-) Amortizações do exercício .....	9 419	8 780	639	7,3
(-) Provisões do exercício .....	3 300	8 749	— 5 449	— 62,3
(=) Resultado bruto antes de impostos .....	11 152	6 400	4 752	74,3
(-) Provisões para impostos sobre os lucros .....	1 011	1 237	— 226	— 18,3
(=) Resultado líquido .....	10 141	5 163	4 978	96,4

	2004	2003	ABS	Varição (percentagem)
(-) Interesses minoritários .....	331	- 2 390	2 721	- 113,8
(-) Resultado atribuível ao Banco .....	9 810	7 553	2 257	29,9
ROA (percentagem) .....	0,27	0,23	0,04	
ROE (percentagem) .....	5,26	4,34	0,92	
Ratio de solvabilidade (percentagem) .....	8,97	8,05	0,92	
Número de agências bancárias .....	111	114	- 3,00	
Número de empregados .....	869	896	- 27,00	

### Órgãos sociais

#### Assembleia-geral:

Presidente: Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito.  
Secretário: Maria de Carmo de Abreu Barbosa.

#### Conselho de administração:

Presidente: José Eduardo Vera Cruz Jardim.  
Administrador-delegado: Segundo Huarte Martin.  
Vogais:

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos.  
Ignácio Lacasta Casado.  
José Luis Joló Marín.  
José Joaquim Ponte da Silva.  
José Joaquín Puig de la Bellacasa.  
Juan Madriaga Asua.  
Júlio Lopez Gomez.

#### Conselho fiscal:

Presidente: Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira.  
Vogal: Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima.  
ROC: Martinez, Carvalheda, Plácido & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Plácido Norberto dos Innocentes.  
ROC Suplente: Figueiredo, Neves & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Paulo Guilherme Quartín de Figueiredo da Silva.

#### Quadro directivo

	CDG	CRI	CAP
Administrador-delegado presidente do comité de direcção:			
Segundo Huarte Martin .....	P	P	P
Administradores:			
José Joaquim Ponte da Silva .....	*	*	*
Directores-gerais:			
António Cebrian Nunez .....	*		
Carlos Gonzalez Mira .....	*		
José Carlos Tavares Pessoa .....	*		
Joan Piera y Miquel .....	*	*	*
Paulo Miguel Teles Almeida Capela .....	*	*	*
Pedro Manuel de Seabra Vanzeller .....	*		
Rui Manuel Claudino Lopes .....	*		*

#### Comité de Direcção-Geral (CDG):

Este comité tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação em geral, o acompanhamento de projectos multinacionais e multifuncionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

#### Comité de Riscos e Investimentos (CRI):

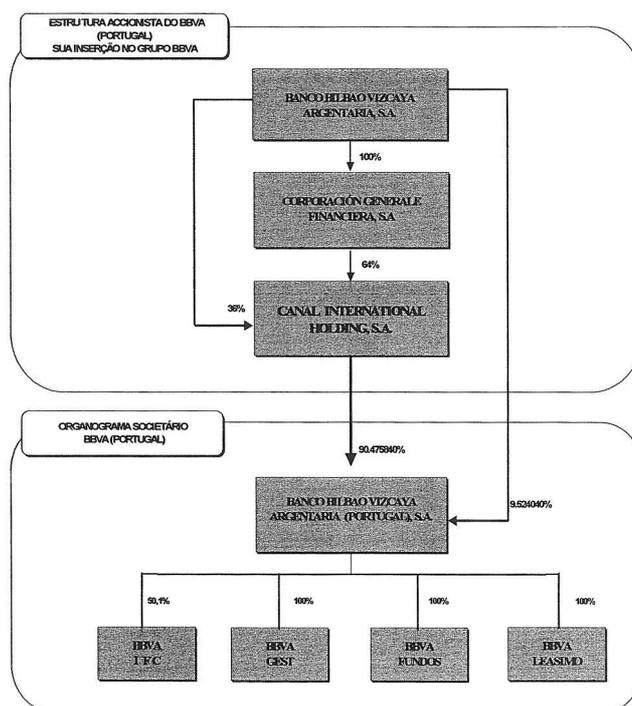
Este comité tem por âmbito o risco de contrapartida em todo o tipo de operações. A sua missão consiste na autorização de operações que lhe sejam apresentadas e na definição de políticas de risco.

#### Comité de Activos e Passivos (CAP):

Este comité tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez.

Cabe-lhe estabelecer os limites á tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

### Organograma Societário e Estrutura Accionista



### Relatório do conselho de administração

O conselho de administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar á assembleia-geral, relativamente ao exercício de 2004, o seu relatório sobre as actividades e resultados das diferentes áreas do Banco e empresas subsidiárias, bem como as contas consolidadas, acompanhadas dos pareceres do conselho fiscal, das certificações legais e do relatório dos auditores externos.

#### Enquadramento macroeconómico

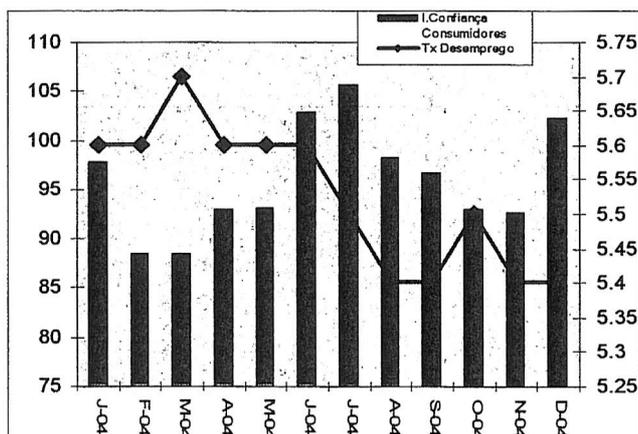
##### I — Economia internacional

Liderado pelos EUA e com um forte apoio da China, do Brasil e do Japão, assistiu-se em 2004 a um crescimento significativo da acti-

vidade económica global, que se estima próximo dos 5%. Nas economias dos países membros da OCDE o crescimento previsto é de 3,6%, claramente superior aos 2,2% de 2003.

Nos EUA os principais sustentáculos dos níveis de crescimento do produto, em torno de 4%, são o consumo, que representa cerca de dois terços do produto e que beneficiou de uma paulatina recuperação do mercado de trabalho, de uma política monetária ainda favorável e de um mercado bolsista e hipotecário em expansão, e o investimento, cujo crescimento foi alicerçado num aumento de despesas de investimento e que beneficiou ainda do efeito da política fiscal expansionista iniciada em anos anteriores.

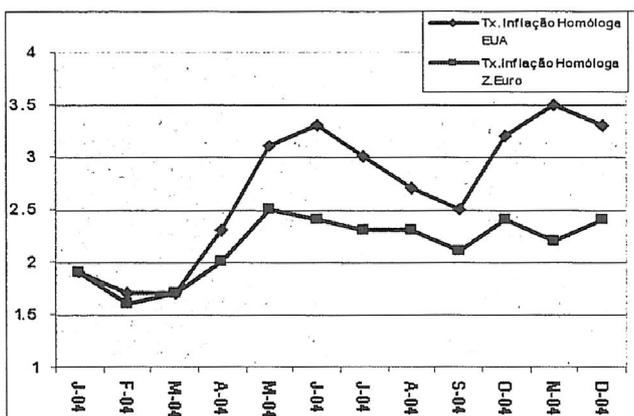
### Índice de confiança consumidores/taxa desemprego



Fonte: Conference Board; BCE

A desaceleração do ritmo de crescimento da produtividade, aliada à depreciação do dólar e ao consequente aumento de preço dos produtos importados, bem como o aumento significativo do preço do petróleo, que valorizou mais de 45% chegando a cotar-se a 44 dólares o barril, contribuiu para um visível aumento da taxa de inflação.

### Taxa de inflação — USA/Zona euro

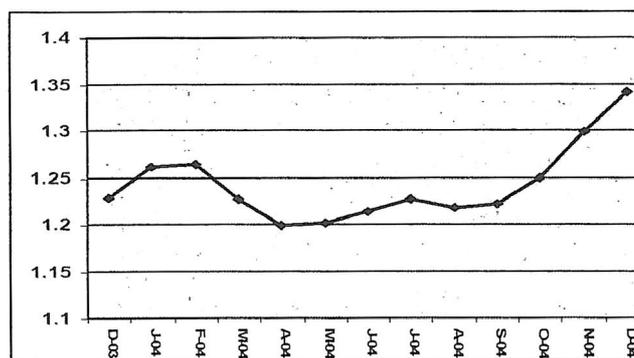


Fonte: Banco Central Europeu

O crescimento da economia americana assenta, no entanto, em graves desequilíbrios estruturais ao nível das contas públicas e das contas externas que, a não serem corrigidos de forma gradual e consistente, poderão por em risco o ritmo e manutenção dessa mesma retoma artificialmente empolada por excessivo endividamento interno e externo.

Em 2004, prosseguiu o agravamento dos chamados défices gêmeos, orçamental e externo, cuja persistência e amplitude (cerca de 5%) do PIB, conduziram à necessária perda de valor do dólar, que acabou o ano a valer 0,73 euros. Para impedir uma desvalorização descontrolada da moeda americana a FED subiu por quatro vezes em 2004 a taxa de juro, que passou de 1% no início do ano, para 2,25% em Dezembro.

### Taxa de câmbio — Euro/dólar



Fonte: Banco de Portugal — Boletim Estatístico

A implementação de uma política monetária mais restritiva, que se prevê continuar de forma moderada em 2005, nomeadamente num contexto de recuperação do mercado de trabalho e de subida do preço do petróleo, contribui igualmente para fomentar a poupança e moralizar a despesa.

Para 2005 espera-se a continuação do crescimento da economia americana, embora com um ritmo menos dinâmico, suportado por ganhos de produtividade e pelo aumento do investimento e das exportações, apoiadas na continuação da desvalorização do dólar. A moderação do crescimento advém da necessidade de correcção do problema estrutural do endividamento excessivo, que só será revertido com aumento de poupança e contenção do consumo.

Subsistem, no entanto, vários factores de risco, como a queda abrupta do dólar, a pressão da procura dos mercados emergentes e das instabilidades geo-políticas sobre o preço do petróleo e a ruptura da bolha do mercado imobiliário. A limitada propensão para a restrição fiscal e os elevados gastos com a guerra do Iraque também surgem como factores negativos na correcção dos desequilíbrios americanos.

Não obstante prevê-se, para 2005, mais um ano de retoma acentuada para a economia global, embora mais moderada que em 2004, retoma essa liderada uma vez mais pelos EUA e acompanhada pelas economias asiáticas, principalmente pela China e com uma inflação a níveis historicamente reduzidos apesar da sua pendente ascendente.

### Indicadores económicos

	2003	2004 E	2005 P
<b>PIB:</b>			
EUA .....	3,0	4,4	3,3
Zona euro .....	0,5	1,8	2,0
Japão .....	2,4	4,2	2,2
<b>Inflação:</b>			
EUA .....	2,3	2,7	2,7
Zona euro .....	2,1	2,1	1,9
Japão .....	-0,2	-0,2	0,1
<b>Desemprego:</b>			
EUA .....	6,0	5,5	5,4
Zona euro .....	8,9	8,9	8,7
Japão .....	5,2	5,0	4,5

E — Expectativa.

P — Previsão.

Fonte: OCDE; FMI; Comissão Europeia.

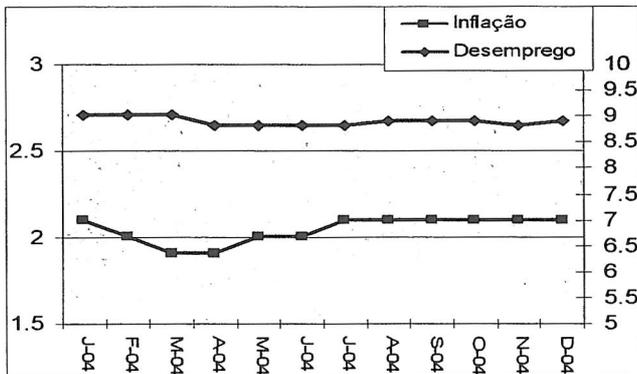
## 2 — Economia da zona euro

O crescimento da zona euro (ZE) apresenta um perfil diferente e apoia-se sobretudo na procura externa. O impacto da desvalorização do dólar e da subida do preço do petróleo conduziu a cortes de custos nas empresas e ao adiamento de decisões de investimento, com o inevitável impacto no mercado de trabalho e, por consequência, no consumo. Numa economia com uma procura interna pouco dinâmica

e com o sector exportador sob pressão prevê-se que, no seu conjunto, a evolução do PIB não exceda 1,8% em 2004.

A apreciação do euro obrigou o BCE a adiar a subida das taxas de juro confrontado com a sobreposição da necessidade de estimular a economia face ao objectivo que se auto impôs de controlo da inflação abaixo dos 2%. O aumento das taxa de juro de referência não será previsível enquanto subsistirem dúvidas sobre a intensidade da recuperação económica, pelo que não deverá ocorrer antes do final do 1.º semestre de 2005.

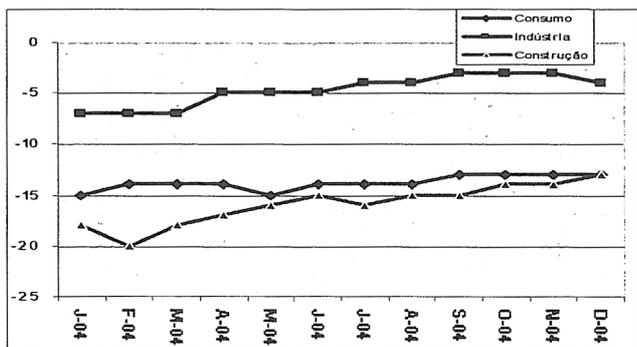
**Taxa de inflação/taxa de desemprego**



Fonte: Banco Central Europeu

O impacto das reformas estruturais ao nível do mercado de trabalho e dos sistemas de segurança social, bem como o elevado nível de desemprego que deverá manter-se em 2005 próximo dos 8,9%, eleva o grau de risco associado a evoluções abruptas da valorização do euro e de subida do preço do petróleo e diminui a dinâmica da procura interna. A competitividade dos exportadores europeus será parcialmente defendida quer através da redução das margens de exploração, quer através da diferenciação, valor acrescentado e qualidade dos produtos exportados. A ténue recuperação dos indicadores de confiança permite relançar algum optimismo.

**Indicadores de confiança**



Fonte: Banco Central Europeu.

Em 2005 o crescimento da economia da zona euro será, segundo as estimativas mais recentes, pouco superior ao de 2004, permanecendo dependente da procura externa. Prevê-se igualmente algum espaço de crescimento para a procura interna, nomeadamente para o investimento, com empresas a beneficiarem de situações financeiras mais saneadas, de baixo custo de capital e de uma taxa de inflação em desaceleração.

**3 — Economia portuguesa**

Depois de em 2003 a economia portuguesa ter sofrido a sua primeira recessão da última década, com uma queda de 1,1% do PIB, em 2004 assistiu-se a uma recuperação económica sustentada pela evolução positiva de todas as componentes da procura, que se traduziu num crescimento do PIB de 1%.

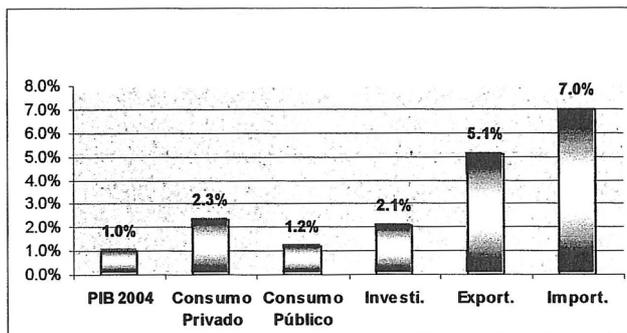
Apesar da evolução positiva da actividade económica, o crescimento não foi uniforme ao longo do ano, sendo particularmente visível no

primeiro semestre, impulsionado pela realização do Euro 2004 e do *Rock in Rio* Lisboa e sofrendo um arrefecimento significativo na segunda metade do ano.

No final do ano a economia portuguesa voltou a entrar em recessão técnica, recuando 1% no terceiro trimestre e 0,3% no 4.º trimestre de 2004. A procura externa líquida contribuiu de forma negativa para o crescimento do PIB.

O consumo, com um crescimento de 2,3% em termos homólogos e o investimento, que registou uma expansão de 2,1% foram, no entanto, os elementos que mais contribuíram para a aceleração do PIB.

**Crescimento do PIB 2004 — Componentes da procura**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A notória desaceleração das exportações a partir do 2.º semestre, foi reflexo da recuperação pouco expressiva da actividade económica dos nossos principais parceiros, condicionados pela subida dos preços do petróleo e pela depreciação do dólar.

Esta retoma do crescimento parece assim reflectir um recrudescimento da procura interna através de uma aceleração do consumo e do endividamento das famílias e das empresas, com consequências negativas ao nível das contas externas, pressagiando um perfil menos saudável de crescimento económico.

Reflectindo quer a pressão acrescida sobre as importações, derivada do acréscimo da procura de bens de consumo e de investimento, quer a fraca competitividade do nosso sector exportador, o saldo negativo da balança comercial em Dezembro era de 22,7%, em termos homólogos.

Depois de um crescimento sustentado por um consumo elevado face às nossas capacidades de produção e produtividade, prevê-se que o défice da balança corrente e de capital, uma das debilidades estruturais da economia portuguesa, atinja mais de 5% do PIB em 2004, valor significativamente superior aos 3,5% de 2003.

**Cenário macroeconómico — taxa variação**

	(Em percentagem)		
	2003	2004 E	2005 P
Consumo privado .....	-0,3	2,3	1,5
Consumo público .....	0,3	1,2	-
FBCF .....	-9,9	2,1	1,7
Exportações .....	5,0	5,1	7,5
Importações .....	-0,1	7,0	5,2
PIB .....	-1,1	1,0	1,6
Taxa de inflação .....	3,3	2,4	2,1
Balanças correntes + capital (percentagem do PIB) .....	-3,5	-5,4	-5,3

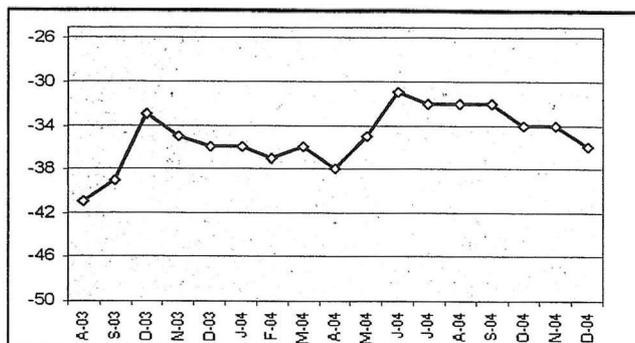
E — Estimativa.  
P — Previsão.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) e Banco de Portugal, *Boletim Económico de Inverno*.

Apesar da elevada taxa de desemprego, que atingiu 6,7% em 2004 e de implementação de políticas de contenção salarial, as famílias, beneficiando de baixas taxas de juro e de acesso facilitado ao crédito, continuam a elevar o seu grau de endividamento que se prevê atingir cerca de 118% do PIB em 2004.

Não obstante, poderá assistir-se a uma clara desaceleração da procura interna, principalmente da componente consumo, que será potenciada com a previsível subida das taxas de juro em 2005. A corroborar esta expectativa de atenuação da recuperação económica estão quase todos os indicadores de conjuntura, em especial os que traduzem as expectativas dos agentes económicos. Os indicadores de confiança, principalmente o dos consumidores, apresentam um declínio sustentado neste último trimestre.

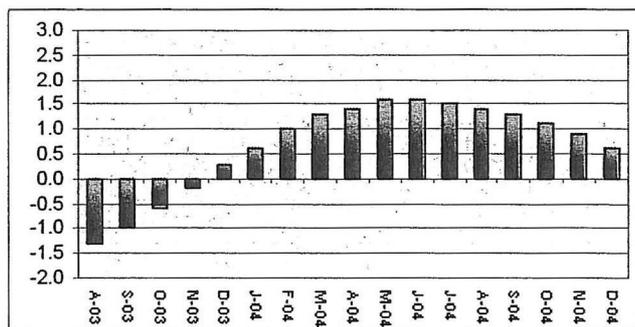
#### Indicador de confiança dos consumidores



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico da Conjuntura.

O indicador coincidente do Banco de Portugal segue uma trajectória de actividade igualmente desfavorável.

#### Indicador coincidente de actividade — Tvh

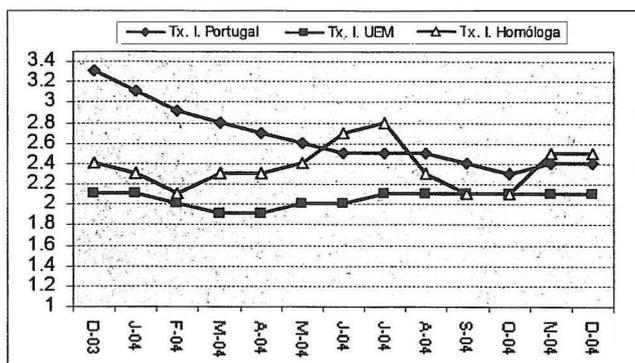


Fonte: Banco de Portugal, Boletins de Conjuntura.

Atenuando esta tendência de moderação do crescimento, as vendas de veículos comerciais e as vendas a retalho apresentaram variações positivas nos últimos meses de 2004.

O bom comportamento da taxa de inflação permitiu uma aproximação à média dos preços praticados pelos nossos principais parceiros comunitários. Não obstante a contribuição negativa do aumento do preço dos combustíveis, a trajectória de desaceleração da inflação permitiu que a taxa de inflação média se fixasse, segundo o INE, em 2,4%.

#### Taxa de inflação



Fonte: INE — Instituto Nacional de Estatística

Permanece por debelar outro dos graves problemas estruturais da economia portuguesa, o défice das contas públicas. Apesar de garantir a manutenção do défice dentro dos limites do Pacto de Estabilidade e Crescimento, atingindo um valor de 2,9% do PIB foi necessário, pelo terceiro ano consecutivo, o recurso a receitas extraordinárias que, este ano, foram preferencialmente obtidas através de integração de fundos de pensões de empresas públicas na Caixa Geral de Aposentações.

O Orçamento de Estado para 2005 prevê um défice de 2,8% do PIB recorrendo, uma vez mais, a receitas extraordinárias que se estimam em 2000 milhões de euros. Esta previsão confirma a dificuldade de instituir políticas mais eficazes de contenção da despesa pública por forma a obter a necessária consolidação orçamental.

A grave situação das contas públicas, poderá levar o novo Governo que for eleito após as eleições de Fevereiro de 2005 a apresentar um orçamento rectificativo com um perfil claramente mais restritivo.

#### Indicadores económicos

	2003	2004 E	2005 P
PIB .....	- 1,1	1,0	2,1
Inflação .....	3,3	2,4	2,2
Desemprego .....	6,3	6,7	6,5

Fonte: média das previsões do Banco de Portugal; OCDE; Comissão Europeia; FMI.

O abrandamento do consumo e das importações irá provavelmente prolongar-se durante os primeiros meses de 2005. A elevada taxa de desemprego, a extinção do efeito de queda das taxas de juro, os elevados níveis de endividamento, são factores que irão servir de travão ao aumento do rendimento disponível.

É igualmente previsível um empenho acrescido das empresas no sector exportador em detrimento do mercado interno, que se prevê menos dinâmico. Subsistem no entanto, dúvidas quanto ao ritmo de crescimento dos nossos principais parceiros comerciais, nomeadamente da economia espanhola, e da evolução da nossa capacidade competitiva.

A economia portuguesa não tem acompanhado com igual dinamismo os sinais de recuperação dos EUA e da Europa. Contudo, quando esta recuperação se tornar mais consistente, será por via das exportações que Portugal poderá encetar uma trajectória de recuperação e convergência.

#### Acontecimentos relevantes

Durante o ano de 2004, a estratégia contemplada no segundo ano do Plano Director 2003-2005 gerou um crescimento nos volumes de negócio acima da média do sistema financeiro, permitindo relevantes ganhos de quota de mercado e melhorias na margem de exploração.

Constituindo um vector estratégico da actividade do BBVA Portugal, o Negócio Hipotecário baseou-se na apresentação de soluções financeiras diferenciadas, a preço muito competitivo e acompanhadas de assessoramento próximo e qualificado. É neste contexto que o BBVA lançou o Crédito Habitação Fácil, mais um produto inovador e inexistente no mercado português e apresentou um primeiro estudo sobre o mercado português intitulado Perspectivas do Mercado Imobiliário, a empresários do sector da construção e promoção imobiliária. O BBVA Portugal propõe-se assim contribuir para a reflexão sobre este mercado através de um processo de estudo e análise periódica sobre os vectores de crescimento e as causas que condicionam o desenvolvimento do sector.

Outra das modalidades inovadora lançada pelo BBVA nos produtos de activo foi o Crédito Automóvel — Prestação Final BBVA, que permitiu aos clientes pagarem uma prestação menor durante a vida do empréstimo ou, em alternativa, adquirir um veículo de gama superior realizando o mesmo esforço financeiro no pagamento da prestação.

Prosseguindo com a sua determinação de oferecer produtos diversificados, rentáveis e inovadores, apresentou uma forte presença nos fundos especiais de investimento e nos fundos garantidos, procedendo ao lançamento do BBVA Imobiliário — FEI, fundo que é o mais rentável do mercado dentro do seu género, e do BBVA Multifundo Alternativo — FEI, um novo Fundo de Investimento especializado em métodos de gestão alternativa, e um dos mais rentáveis dentro dos hedge funds. Na categoria dos FEI, o BBVA apresenta uma quota de mercado superior a 12%.

Tendo igualmente como objectivo a transparência e a criação de valor para o investidor o BBVA converteu o seu plano de poupança acções num fundo *index tracker*, que replica o comportamento do principal índice nacional, o PSI-20. Com esta alteração o BBVA PPA — Fundo índice PSI 20, constituiu-se como o primeiro fundo índice português. Constituíram-se ainda o Fundo de Capital Garantido IBEX BBVA e o Fundo de Capital Garantido EBEX BBVA II, que permitiram alcançar uma quota de 16% na categoria de fundos garantidos.

Na procura permanente de novas soluções de negócio e dirigindo-se igualmente ao segmento de particulares apresentaram-se também novas soluções financeiras de poupança/investimento, cuja característica comum é aliarem a criatividade com a segurança e a rentabilidade. E neste contexto que se disponibilizaram soluções que combinam aplicações em depósitos a prazo com unidades de participação de fundos do BBVA e de que são exemplo a Solução Dual Imobiliário BBVA, a Solução Diversificada BBVA, a Solução Mista BBVA e o Duplo Garantido BBVA.

É igualmente de destacar o lançamento, de oito novos tipos de depósitos estruturados, que oferecem ao investidor soluções financeiras adequadas a diferentes exigências.

No âmbito da estratégia de promoção de parcerias o BBVA assinou com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, e com a Portgás — Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A., convénios de colaboração financeira cujo objectivo fundamental consiste na disponibilização de linhas de financiamento em condições preferenciais às pequenas e médias empresas e promoveu igualmente a assinatura de protocolos de colaboração, nomeadamente com a KEMAX, empresa mediadora imobiliária, e com a Mapfre Seguros Generales, para distribuir produtos do ramo não vida.

No que concerne à responsabilidade social corporativa o BBVA efectuou um protocolo de colaboração com o FRRC — Fundo Remanescente para a Reconstrução do Chiado (Lisboa), assumindo-se assim como um parceiro de referência nesta iniciativa de reconstrução e requalificação da zona do Chiado, e assinou um convénio de colaboração financeira com a Universidade Lusófona destinado a apoiar o Projecto Empreendedor. Com esta iniciativa a Universidade Lusófona e o BBVA pretenderam dar o seu contributo para a promoção do auto-emprego, para a criação de empresas de sucesso e para a aproximação das empresas às universidades.

Para além destes apoios recebeu, através do seu administrador-delegado, os 350 jovens expedicionários da Ruta Quetzal BBVA. Estes jovens, de 48 países, entre os quais se encontravam seis portugueses, participaram neste projecto de solidariedade, tolerância e defesa do meio ambiente, valores que o BBVA tenta impulsionar e promover. Em Portugal os participantes aproveitaram a sua visita para aprofundar o estudo da história portuguesa dos Descobrimentos do Oriente, e conhecer Lisboa e Porto.

Expressivo significado, pelo reconhecimento de competência e qualidade que confere, teve a nomeação este ano do BBVA Portugal como Banco Tesoureiro da Eurocontrolo (Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea) para Portugal.

## Actividade das principais áreas do Banco

### 1 — Banca comercial

#### Particulares:

Em 2004, a actividade da Banca Comercial do BBVA Portugal caracterizou-se por dar continuidade aos seus objectivos estratégicos, definidos no Plano Director 2003-2005, de incremento da base de clientela de valor e do seu grau de vinculação.

Para concretizar esta estratégia, o BBVA Portugal lançou soluções inovadoras e pioneiras no mercado, quer de produtos de activo, quer de soluções de passivo, que permitiram continuar a prestar serviço de elevada qualidade com assinalável eficácia e eficiência.

No âmbito de soluções de activo, em Janeiro de 2004 foi lançado o Crédito Habitação Fácil, permitindo a introdução de uma prestação final de 30% do capital em dívida, um produto totalmente original no mercado português, sustentado por uma forte campanha publicitária em todos os meios de comunicação, assim como por diversas acções de *marketing* directo.

As novas soluções de crédito habitação permitiram um importante crescimento de volume em 43%.

Ao nível do crédito ao consumo, foi lançado uma nova solução para aquisição de automóvel, o Crédito Automóvel BBVA-Prestação Final, o que permitiu não só captar clientes como também obter um crescimento de 24% em relação ao ano anterior.

A estratégia de captação de recursos baseou-se no lançamento de soluções de investimento de valor acrescentado. Destacamos o lança-

mento do Fundo BBVA Imobiliário-FEI e do Fundo BBVA Multifundo Alternativo-FEI.

Seguindo a estratégia iniciada no ano anterior, lançaram-se dois fluidos de capital garantido aberto, o Fundo Capital Garantido Ibox BBVA e o Fundo Capital Garantido Ibox BBVA II, cuja comercialização foi efectuada através de uma solução de investimento e, por último, o Duplo Garantido BBVA com uma campanha na imprensa e rádio.

Adicionalmente, comercializaram-se através da nossa rede comercial, vários depósitos estruturados, com diferentes características, permitindo a diversificação nas soluções de investimento oferecidas aos nossos clientes.

Em Novembro de 2004, foi efectuada uma campanha na imprensa e rádio, relativamente à solução PPR/E., para além de uma acção agressiva e inovadora de *marketing* directo relativo aos produtos de poupança com benefícios fiscais, que foram fundamentais para incrementar o grau de fidelização dos nossos clientes.

Paralelamente foram desenvolvidas diversas acções comerciais junto de associações profissionais e colaboradores de grandes empresas, disponibilizando pacotes de produtos e serviços com condições preferenciais, maximizando valor acrescentado aos seus projectos e fortalecendo o nosso relacionamento com as próprias empresas.

#### Empresas:

Proseguindo a estratégia de crescimento delineada e à semelhança do exercício anterior, o ano de 2004 caracterizou-se por uma evolução muito satisfatória em termos de volume, não descurando redobrados esforços de controle de qualidade de crédito.

Foi assim possível compatibilizar um crescimento significativo do volume de negócios com nova redução do rácio de morosidade, demonstrando-se uma vez mais a exequibilidade da estratégia de crescimento sem deterioração da qualidade do risco admitido.

Também ao nível da vinculação e *cross-selling* com os clientes do segmento foi possível dar continuidade à evolução positiva que se vem registando nos últimos anos, na implementação de um modelo de banca de relações: assessoramento, qualidade de serviço, vinculação e fidelização de clientes.

No quadro que se segue, sintetizam-se as *performances* obtidas em 2004 nos indicadores crescimento do volume de negócios, número médio de produtos por cliente e *ratio* de mora (crédito vencido à mais de 90 dias), bem como a visão evolutiva face aos dois exercícios anteriores.

Banca de empresas	(Em percentagem)		
	2002	2003	2004
Crescimento do volume de negócios ....	11,40	14,50	16,20
Número médio de produtos por cliente	3,07	3,39	3,58
<i>Ratio</i> de mora .....	1,91	1,17	0,67

Outro factor de particular destaque no segmento de empresas em banca comercial foram os resultados alcançados no produto *leasing*, no seguimento da aposta de crescimento desta componente de negócio, a qual vem registando uma franca e sustentada evolução.

A par da óptima trajectória registada na vertente mobiliária, também o negócio imobiliário revelou um bom comportamento, o que resultou num crescimento de 16% em número total de operações e de 20% em volume de negócios, relativamente ao ano anterior.

Pela sua relevância na estratégia definida para o segmento de empresas no plano director iniciado em 2003, destacam-se ainda algumas das acções e medidas implementadas em 2004, cujo desenvolvimento vem proporcionar níveis superiores de eficiência de gestão e novas oportunidades de negócio:

#### Abertura de novas agências:

Procurando dotar a unidade de banca de empresas dos meios e condições para uma maior abrangência na abordagem ao seu segmento de mercado, procedeu-se à abertura de duas novas agências de empresas, situadas na Grande Lisboa e Grande Porto (Rebelva e Matosinhos), com as quais se pretendeu reforçar a presença do BBVA em mercados de clara concentração empresarial. Os resultados obtidos por estas duas novas unidades no seu 1.º ano de actividade vêm confirmar o acerto da estratégia que presidiu à decisão destas aberturas;

#### Realocação de clientes de banca de retalho para banca de empresas:

Como previsto, foi igualmente efectuada no início de 2004 um processo de realocação de empresas clientes das unidades de banca de retalho para as de banca de empresas, potenciando uma gestão mais

eficiente e especializada neste segmento de clientes e, por essa via, favorecendo o incremento do nível de relacionamento comercial;

#### Comercialização de seguros para empresas:

No âmbito do protocolo de Bancassurance celebrado com a Mapfre Seguros Gerais, S. A., o BBVA passou a disponibilizar aos seus clientes uma gama de seguros para empresas que vêm completar a oferta de soluções de valor dirigidas ao segmento. Neste primeiro ano de actividade, um dos principais objectivos consistiu na familiarização da força de vendas com a realidade dos seguros a comercializar, objectivo alcançado com o contributo de diversas acções de formação e com a experiência de comercialização ocorrida ao longo de 2004;

#### Convénios de colaboração financeira:

Reforçando o trabalho já iniciado em 2003, foi dada continuidade à celebração de convénios de colaboração financeira, consubstanciados em acordos com prestigiadas marcas, nomeadamente Master Franchise presentes no mercado português, disponibilizando condições preferenciais de acesso a linhas de financiamento que respondem de modo eficaz às necessidades específicas dos franquizados, quer no apoio aos investimentos de abertura de novas unidades, como aos investimentos na substituição de equipamentos.

Esta linha de actuação, continua a revelar-se um importante meio de acesso ao segmento de comércio ao proporcionar a angariação de novos clientes e de novas oportunidades de negócio.

#### Prescritores:

Com início de actividade no segundo semestre de 2003, esta unidade tem como função principal captar e canalizar clientes de valor através de protocolos de colaboração com mediadores imobiliários e, também, com promotores. Da sua actuação de 2004 destacam-se:

A realização de 234 protocolos efectuados com mediadores imobiliários;

A concretização de operações com 153 promotores.

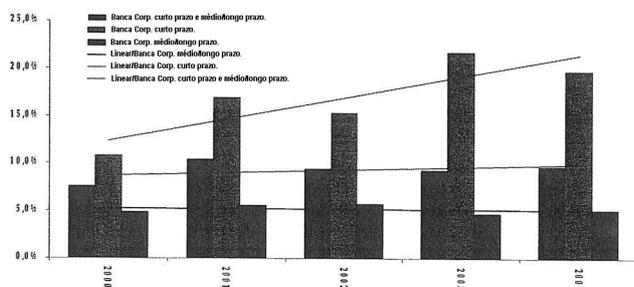
## 2 — Banca Corporativa Global

O objectivo da área consiste em oferecer um serviço global aos seus clientes: grupos nacionais e multinacionais com volume de negócio superior a 100 milhões euros. A Banca Corporativa Global segue um modelo de negócio de plena relação, segundo o qual cada cliente/grupo é associado a um director de relação global, responsável da relação a nível mundial, cuja missão é atender às necessidades do cliente com altos níveis de qualidade de serviço, apoiado por equipas de especialistas de produto.

A Banca Corporativa Portugal tem desenvolvido todos os produtos necessários, para assegurar às multinacionais com presença no país, a total cobertura da suas necessidades.

O *ratio* de penetração no mercado português, segundo a central de riscos do Banco de Portugal, evoluiu favoravelmente nos últimos anos. O crescimento evidenciado no gráfico seguinte, justifica-se pelo maior peso e confiança do BBVA nos principais sectores de actividade nacionais.

**Ratio de penetração Banca Corporativa Portugal**



Fonte: Mês de Dezembro da Central de Riscos Banco Portugal

Destaca-se em 2004, a criação de um novo canal de comunicação com clientes denominado Comunica.

Este canal via *email* ([comunica@bbva.pt](mailto:comunica@bbva.pt)) tem funcionado como um *help desk* especializado da banca corporativa, focalizando-se em melhorias de informação, explicações detalhadas de movimentos e

resposta a incidências. Este canal tem como principal missão a resposta qualitativa a qualquer solicitação de um cliente em menos de 24 horas. Desde 1 de Julho de 2004, o comunica respondeu a 3580 *emails*, respeitando sempre a sua missão de não demorar mais de 24 horas na sua resposta. Esta estratégia fidelizou clientes, nos quais existiu claramente uma melhoria percebida de qualidade de serviço. Os clientes que já utilizaram o comunica ascendem a 382.

A qualidade geral de serviço sentida pelos clientes desta área tem sido medida através da voz do cliente inquirido que foi implementado no ano de 2003. No primeiro ano de análise numa escala de 0 a 10, o resultado da Banca Corporativa Portugal foi de sete. No ano de 2004 este mesmo inquirido, em bases totalmente comparáveis, passou para 7,9. A melhoria interna de qualidade implementada com a criação da unidade de gestão comercial foi reconhecida pelos clientes e o objectivo da área é que esta melhoria seja constante.

Na actividade de 2004 destaca-se o forte crescimento, de 46%, dos recursos geridos de clientes, evidenciando o aumento de liquidez existente nas grandes empresas portuguesas associado à redução de projectos de investimento. Apesar do referido contexto desfavorável de redução do investimento, o crédito a grandes empresas cresceu 5% em 2004.

Os produtos de *factoring*, *confirming* e *cash management*, bem como as actividades de Global Trade Finance, evoluíram favoravelmente, adaptando os produtos às necessidades dos cliente e alargando o respectivo leque por cliente.

O departamento de *investment banking* consolidou a sua posição na liderança de programas de papel comercial apoiados na nova legislação. As actividades de Project Finance e Merger & Acquisition estiveram limitadas à evolução do sector. Destacámos, entre as operações realizadas em 2004:

#### Assessoria financeira:

Novis Telecom (Assessoria) — *Adviser*.

Cofina (2.ª fase da reprivatização da Portucel) (Fev. 2004) — *Adviser*.

#### Programas de emissões de papel comercial:

SONAE, SGPS, S. A.: 350 000 000 de euros — *Dealer* (Ag. 2004).

Portugal Telecom, S. A.: 200 000 000 de euros — *Líder* (Out. 2004).

REN — Rede Eléctrica Nacional, S. A.: 50 000 000 de euros — *Líder* (Dez. 2004).

#### Empréstimos obrigacionistas:

Modelo Continente/2004 — 1.ª emissão: 100 000 000 de euros — *Co-líder* (Março 2004).

#### Empréstimos sindicados:

Optimus Telecomunicações, S. A.: 450 000 000 de euros — *Arranger* (Jul. 2004).

EDP — Energias de Portugal, S. A.: 1 300 000 000 euros — *Arranger* (Jul. 2004) e EDP Finance B. V.

EGREP, EPE: 210 000 000 de euros — *Co-manager* (Jul. 2004)

Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos.

Omega Pharma NV: 230 000 000 de euros — *Co-arranger* (Jul. 2004).

EDP — Energias de Portugal, S. A.: 1 350 000 000 de euros — *Mandated lead arranger* e EDP Finance B. V. (Dez. 2004).

## 3 — Mercados

O desenvolvimento do negócio de mercados globais e distribuição em Portugal assenta em termos estratégicos numa oferta diferenciadora que se traduz essencialmente numa combinação entre capacidades de produto (*pricing*, volumes e sofisticação) conjugada com uma grande proximidade com os clientes que permita um enfoque em soluções de valor acrescentado.

O BBVA Portugal continuou em 2004 a afirmar-se como entidade de referência em derivados de acções seja na oferta de soluções para empresas seja para investidores institucionais, afirmando-se como uma das principais contrapartes em produtos estruturados para as redes dos diversos bancos presentes em Portugal.

Em 2004 o Banco reforçou o seu posicionamento na oferta de soluções de gestão de risco de taxa de juro e cambial. Este enfoque foi iniciado em 2004 para o conjunto das maiores empresas presentes em Portugal, estando previsto em 2005 o alargamento desta estratégia a um âmbito mais vasto do tecido empresarial português.

A actividade de produtos de dívida registou também um crescimento significativo e com uma gama muito alargada de produtos, mantendo

uma presença relevante quer em operações de papel comercial e obrigações *plain vanilla* quer em produtos estruturados de crédito, derivados de crédito e operações de securitização.

Do conjunto da actividade desenvolvida pela área de mercados em Portugal merece particular destaque as operações realizadas em produtos estruturados com base em subjacentes de investimento alternativo, tendo-se atingido uma posição de liderança num negócio com excelentes perspectivas de crescimento.

#### 4 — Banca institucional

A banca institucional é a área que se dedica a atender de forma especializada o segmento de mercado do sector público estatal, organismos públicos e privados, seguradoras, corretoras, associações, ONGs, empresas municipais, fundações, isto é, todas as entidades que por natureza não possam ser classificadas como empresas ou como particulares, por especificidade da sua actividade própria.

Num cenário particularmente adverso para este tipo de mercado, pela instabilidade política e pelas restrições à concessão de crédito definidas pela lei das finanças locais, o exercício de 2004 pautou-se por resultados francamente positivos com o volume de crédito a crescer 28% face ao ano anterior e com um crescimento de 21,3% nas comissões obtidas.

De realçar o posicionamento privilegiado enquanto principal banco da Região Autónoma da Madeira, e principal banco de três das seguradoras não ligadas ao sector bancário. Igualmente prestigiante foi a nomeação este ano do BBVA Portugal como Banco Tesoureiro da Eurocontrolo.

Salienta-se o trabalho desenvolvido ao longo de 2004 no que concerne à preparação do futuro assessoramento do sector público nas cobranças dos impostos municipais por parte da Câmaras e Regiões Autónomas e na elaboração de instrumentos financeiros inovadores utilizando produtos de *factoring* e de *confirming*.

Para 2005 pretende-se incrementar a capacidade de penetração no sector segurador e prosseguir o esforço de disponibilização de produtos estruturados e derivados, proporcionando uma oferta diversificada e adequada às exigências crescentes deste tipo de clientes.

#### 5 — Banca hipotecária

A área de banca hipotecária, criada no início do 1.º semestre de 2003, tem como objectivos fundamentais a gestão global das empresas promotoras imobiliárias e a promoção de crescimento rentável e sustentado da base de clientes do Banco, contribuindo para o incremento das operações de financiamento destinadas quer a empresas, através do financiamento de empreendimentos imobiliários, quer a particulares, neste caso mediante o financiamento para aquisição da habitação.

Como unidade especializada, a banca hipotecária foi criada com o objectivo de transformar o BBVA numa entidade de referência líder no mercado imobiliário. No seu primeiro ano completo de funcionamento, 2004, e apesar da crise que atravessa o mercado imobiliário e da construção de edifícios em Portugal, a unidade já atingiu uma quota de mercado no financiamento à construção do 2,4% sobre o número de fogos iniciados.

No segundo ano de actividade formalizaram-se operações num montante de 360 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 170% face às operações formalizadas no ano anterior. É igualmente expressivo o número de fogos licenciados, que passou de 761 em 2003 para 1920 em 2004.

Para 2005 está prevista a abertura de novos centros de promotores e pretende-se, igualmente, duplicar a quota de mercado.

#### 6 — BBVA Patrimónios

Esta unidade é especialmente dirigida a grupos ou clientes de elevado património, disponibilizando um serviço totalmente diferenciado e personalizado, passando de uma gestão por produtos para um serviço inovador baseado totalmente no cliente.

O novo conceito da gestão na banca privada assenta em três características diferenciadoras:

Soluções personalizadas, onde cada especialista da BBVA Patrimónios gere um número restrito de clientes;

Exclusividade de serviço, já que se dirige a clientes de elevados patrimónios;

Focalização global do património, com um desenho de produtos próprios adaptados às necessidades específicas do cliente.

Prosseguindo a estratégia de disponibilizar serviços diferenciados e inovadores dirigidos a grupos ou clientes de elevado património, a gestão de patrimónios lançou novas soluções de investimento de entre as quais se destaca o HedgeCap, um produto de capital garantido sobre um cabaz de três Hedge Funds multi-estratégia e multigestor, que alcançou um sucesso assinalável beneficiando de vantagens únicas face aos produtos concorrentes, já que disponibiliza uma liquidez diária e uma participação superior na rentabilidade do activo subjacente.

Apresentou-se igualmente o *track-record* das estratégias todo terreno, lançadas há dois anos e baseadas nos princípios de retorno absoluto e prioridade na protecção do património. Os resultados das carteiras modelo estabelecidas mais que duplicaram o *benchmark* seleccionado (euribor a um ano).

Como consequência do reconhecido mérito das soluções apresentadas a particulares com elevado património, o volume global de gestão de activos apresentou uma evolução positiva, superando os 320 milhões de euros de volume gerido.

#### 7 — Recursos humanos

Durante o ano de 2004, consolidou-se a estratégia de valorização de recursos humanos, que se traduziu na concretização dos objectivos propostos pela Experiência BBVA, onde as pessoas desempenham o papel central, bem como a sua valorização pessoal e profissional.

Com o objectivo de potenciar o modelo de gestão por competências, facilitando o seu acesso aos colaboradores, procedeu-se à integração do mesmo num ambiente Web o que significou uma evolução substancial no desenvolvimento desta ferramenta.

O BBVA Portugal continuou o seu forte investimento na formação dos seus colaboradores, procurando desenvolver continuamente as suas capacidades de argumentação financeira.

Assim, e dentro da política de definição do novo conceito de gestão de clientes — assessoria financeira —, deu-se início a um ambicioso plano de formação, tendo como destinatários privilegiados os colectivos de gerentes e assessores financeiros.

Esta formação abrangeu duas temáticas dominantes: técnicas de venda e fundos de investimento. A formação em técnicas de venda, mais do que uma mera exposição teórica, constituiu-se como um fórum de troca de ideias e experiências, tendo proporcionado uma actividade enriquecedora a todos os participantes. Inserida no projecto fundos, a formação em fundos de investimento procurou cimentar os conhecimentos dos participantes com o objectivo de permitir às nossas equipas de vendas a oferta de um serviço mais especializado.

Também em 2004, teve início o projecto *Voz do Cliente*, uma preciosa ferramenta de medição da satisfação do cliente interno, que permitiu a cada área obter uma percepção mais real e exacta da qualidade dos seus serviços. Esta primeira acção contou com a participação de 24 áreas e obteve uma adesão extraordinária por parte dos inquiridos de aproximadamente 82%. Pretende-se que este projecto tenha periodicidade anual ajudando assim a que sejam detectadas continuamente oportunidades de melhoria.

#### Actividade das empresas subsidiárias e consolidação

##### Consolidação integral:

BBVA GEST — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (em euros):

Activo líquido .....	3 720 330
Situação líquida .....	3 257 956
Capital social .....	1 000 000
Resultado líquido .....	1 306 768
Participação do BBVA (percentagem) .....	100

##### Fundos sob gestão:

BBVA <i>Cash</i> .....	214 677 964
BBVA Liquidez .....	89 843 707
BBVA Bolsa Euro .....	8 397 023
BBVA Taxa Fixa Euro .....	7 377 187
BBVA PPA .....	3 075 830
BBVA Mixto 25 .....	8 088 301
BBVA Multifundo Equilibrado .....	3 778 710
BBVA Taxa Variável .....	39 574 702
Fundo Garantido Extra 5 BBVA .....	50 377 134
Fundo Capital Garantido IBEX BBVA .....	23 461 577
Fundo Capital Garantido IBEX BBVA II .....	10 026 368
BBVA Imobiliário — FEI .....	62 710 761
BBVA Multifundo Alternativo — FEI .....	7 881 674

Em 2004, os activos sob gestão e administração da BBVA GEST totalizaram 529 milhões de euros o que corresponde a um crescimento de 19,9% face a Dezembro de 2003 e que compara muito favoravelmente com o crescimento total da indústria de FIM, que foi de 6,82%. A quota de mercado da BBVA GEST, em 31 de Dezembro de 2004, representava 2,17%, a qual compara favoravelmente com uma quota de 1,93% do final de 2003. A BBVA GEST, nos últimos anos, tem vindo a reforçar a sua posição na indústria de fundos de investimento em Portugal, representando 2004 claramente um ano de crescimento e de consolidação da estratégia levada a cabo pelo Grupo BBVA em termos de oferta de soluções de investimento e de poupança inovadoras e diferenciadoras que acrescentem valor aos seus clientes, estratégia esta apoiada em quatro vectores fundamentais: inovação; valor acrescentado; diferenciação; transparência.

O desenvolvimento destes quatro vectores basilares, permitiram que a BBVA GEST ao longo do ano se tenha posicionado como uma gestora agressiva em termos da oferta de novos produtos inovadores e de valor acrescentado, estratégia essa consubstanciada no forte aumento de quota de mercado que alcançou relativamente ao ano anterior.

Destacam-se, como linhas de acção desenvolvidas e implementadas pela gestora, as seguintes:

Lançamento de novos produtos aproveitando as alterações normativas resultantes do novo decreto-lei de fundos de investimento mobiliário com a convicção de que deste modo, contribui decisivamente para fomentar a indústria de fundos em Portugal:

BBVA Imobiliário — FEI: primeiro fundo especial de investimento em Portugal que investe exclusivamente em unidades de participação de fundos especializados em activos do mercado imobiliário estrangeiro (maioritariamente europeu).

BBVA Multifundo Alternativo — FEI: fundo que investe em unidades de participação de fundos que utilizam métodos de gestão alternativa, vulgarmente conhecidos como *hedge funds*. Como factor diferenciador deste Fundo, destaca-se a possibilidade de liquidez diária, ou seja, permite efectuar resgates, dado que os fundos que compõem a sua carteira têm também liquidez diária.

Proseguiu com a sua estratégia de lançamento de fundos abertos de capital garantido, categoria que tinha inaugurado no ano de 2003, com o lançamento do Fundo Garantido Extra 5 BBVA, dando, assim, continuidade à colocação de produtos de valor acrescentado para os clientes. De facto, os fundos capital garantido são, uma das linhas de produto que verificam maior sucesso junto do investidor/aforrador pelo facto de estes lhes reconhecerem a maximização de satisfação das suas necessidades quanto a garantia de capital e maximização da rentabilidade. Neste sentido, colocou à disposição dos seus clientes:

Fundo de Capital Garantido IBEX BBVA e Fundo de Capital Garantido IBEX BBVA II: garantia do capital investido na maturidade dos fundos, garantia de uma rentabilidade mínima e possibilidade de maximização dessa rentabilidade, verificando-se determinadas condições de mercado relativamente ao índice de referência IBEX 35.

Implementou, para alguns dos seus fundos, uma política de comissão de gestão e de depósito variável e que incide apenas quando o Fundo obtém rentabilidades positivas.

Efectuou a revisão do seu sistema de gestão da qualidade, procedendo à alteração e adaptação dos procedimentos integrantes do mesmo, assegurando desta forma que o sistema se mantém apropriado, adequado e eficaz quanto à estratégia levada a cabo pela gestora e responde às necessidades do cliente visando a sua satisfação através da aplicação eficaz do mesmo, melhorando continuamente o sistema de gestão da qualidade garantindo a conformidade com os requisitos do cliente e regulamentares aplicáveis.

Para 2005, a BBVA GEST manterá o seu posicionamento orientando a sua actividade para o cliente maximizando a sua satisfação, procurando continuar a contribuir para o desenvolvimento e incremento da indústria de fundos em Portugal.

BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A. (em euros):

Activo líquido .....	98 354 527
Situação líquida .....	9 644 993
Capital social .....	7 500 000
Resultado líquido .....	845 154
Participação do BBVA (percentagem) .....	100,00

A BBVA Leasimo, responsável pelas operações de locação financeira originadas pela rede de balcões do BBVA Portugal, articula a sua

actividade com as restantes empresas do grupo, apoiando-se na sua rede de distribuição e incluindo os seus serviços no conjunto de soluções diferenciadas e flexíveis que o grupo disponibiliza junto dos seus clientes.

A recuperação, ainda que ténue, do investimento, conjugada com uma política comercial mais agressiva, permitiu à BBVA Leasimo concretizar 657 novos contratos, 581 de *leasing* mobiliário, no valor de 26 971 milhares de euros e 76 de *leasing* imobiliário, no valor de 16 419 milhares de euros, o que traduz um crescimento de 20,5% face ao ano anterior, em termos de valor, e 19,2% se considerarmos o número de novas operações.

De salientar o excelente comportamento da vertente mobiliária, com um crescimento de 25% no valor dos novos contratos, quando comparado com o ano anterior. No total do financiamento assistiu-se a um reforço da componente mobiliária, que passou a representar 43%, valor que compara com 38% em 2003.

O resultado líquido do exercício foi de 845 154 euros o que compara com 726 116 euros do ano anterior, representando um acréscimo de 16,4%.

BBVA Instituição Financeira de Crédito, S. A. (em euros):

Activo líquido .....	198 237 456
Situação líquida .....	16 801 159
Capital social .....	21 903 045
Resultado líquido .....	663 669
Participação do BBVA (percentagem) .....	50,10

O exercício de 2004 representou o ano de consolidação das profundas alterações operadas em 2003, quando se criou a BBVA Instituição Financeira de Crédito, consubstanciadas na redefinição do posicionamento estratégico, no reforço da capacidade competitiva e na expansão do negócio na esfera da intervenção especializada na área automóvel.

O aproveitamento das sinergias operativas, o estabelecimento de novos acordos com grupo de concessionários e a dinamização de negócios multimarca foram assumidos como prioridades estratégicas para 2004.

O enquadramento competitivo em que se desenvolveu esta actividade caracterizou-se pelo ligeiro crescimento da procura interna, traduzido por crescimento de 3,7% nas vendas dos veículos ligeiros, pela concorrência agressiva no que respeita ao *pricing* e pelo aumento do risco de crédito e maiores níveis de endividamento das famílias dada a envolvente macroeconómica.

A estratégia comercial em 2004, teve como base o modelo de instituição especializada no negócio de financiamento e aquisição de bens, e abandono do modelo assente no financiamento de serviços, com especial enfoque no sector automóvel, em torno dos três subsegmentos da cadeia de valor, para os quais manteve a aposta no desenvolvimento de ofertas mais adequadas:

Importadores/distribuidores;  
Concessionários *stands*;  
Clientes finais.

A tendência do sector de distribuição automóvel aponta para uma crescente abordagem da multimarca do mercado, sendo assim é natural que a sociedade desenvolvesse as suas competências comerciais e operacionais nesse sentido, com especial destaque para o financiamento de viaturas novas e semi-novas, para o qual foi desenvolvida uma plataforma de subscrição e processamento de negócio próprio. Neste domínio salienta-se os esforços que têm sido feitos no desenvolvimento de plataforma de subscrição de negócio via telefone e Internet

A oferta de produtos de financiamento ao cliente baseou-se nas três modalidades disponíveis no mercado — crédito, *leasing* e ALD — complementada pela disponibilização de serviços como o cartão de combustível, seguro automóvel e de protecção ao crédito.

Em 31 de Dezembro de 2004, os activos líquidos da sociedade totalizavam 198 milhões de euros, o que representou um crescimento na ordem dos 24% face ao ano passado. Os capitais próprios ascenderam a 17 milhões de euros, para um rácio de solvabilidade de cerca 6%.

A nova produção, medida pelo capital financiado ascendeu a 127 milhões de euros, tendo sido realizados 6971 novos contratos.

O crédito concedido sob gestão ascendeu a 188 milhões de euros e o rácio de mora situou-se nos 3%, o que representou um decréscimo de cerca de 6,5% face ao ano de 2003. Salienta-se o facto do rácio de cobertura se situar num patamar bastante confortável de cerca de 104,39%, resultado do esforço de provisionamento que ascendeu a 1,3 milhões de euros.

A margem financeira cresceu 1,2%, resultado do crescimento da carteira sob gestão bem como do esforço comercial da sustentação das taxas de juro junto do cliente final.

O *ratio* de eficiência situou-se em cerca de 69% e o resultado líquido ascendeu a 663 669 euros, que compara com um resultado negativo de 4 789 485 euros em 2003.

Consolidação por equivalência patrimonial:

BBVA Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (em euros):

Activo líquido .....	2 513 219
Situação líquida .....	2 418 890
Capital social .....	1 000 000
Resultado líquido .....	840 744
Participação do BBVA (percentagem) .....	100,00

Fundos sob gestão (em milhares de euros):

Fundos BBVA .....	103 943
Fundo Pensões CLP .....	73 177
BBVA PPR/E .....	41 699
BBVA Solidez PPR/E .....	11 363
CVI PPR/E .....	1 562
BBVA PMEs .....	1 149

A BBVA Fundos assume-se como a área instrumental do Grupo BBVA Portugal orientada ao negócio de pensões, inserindo-se assim na área de serviços de previsão social.

A gestora possui duas linhas de negócio, designadamente a área de empresas e a de particulares, oferecendo produtos vocacionados para cada uma das mesmas.

A BBVA Fundos encerrou o exercício com um volume de activos sob gestão de 233 milhões de euros, evidenciando assim um crescimento anual de 8%. De acordo com os dados provisórios divulgados pela entidade de supervisão do sector, Instituto de Seguros de Portugal, o mercado registou em 2004 um decréscimo global de 0,5%, o que sucede pela primeira vez na história destes instrumentos de poupança desde a sua criação em meados de 1987.

Igualmente segundo dados do ISP, a BBVA Fundos manteve a 10.ª posição em termos de quota de mercado, no universo de 27 entidades gestoras de fundos de pensões a operar no mercado português, sendo a primeira a surgir logo após as gestoras associadas aos grupos bancários e financeiros locais dominantes.

A quota de mercado da BBVA Fundos é actualmente de 1,45%, o que representa em relação ao passado ano de 2003 um crescimento de 11 pontos básicos.

As rentabilidades médias ponderadas dos fundos geridos pela BBVA Fundos centraram-se para 2004 em 7,2%, valor este acima da mediana da amostra do serviço de medição de *performance* de Fundos de Pensões Portugueses SEMP conduzido pela Watson Wyatt Estes resultados são tanto mais positivos quanto se observa que o perfil de risco assumido pela sociedade nos últimos anos se mostra consideravelmente baixo em termos comparativos com o mercado, fruto das suas opções estratégicas nestas matérias. Os mesmos resultados de mercado são sugeridos pelo serviço de medição de *performance* conduzido pela Mercer Investment Consulting, que aponta uma mediana de mercado 2004 para 5,7%.

O ano de 2004 foi marcado pelo anúncio da abolição de benefícios fiscais na subscrição para os produtos PPR, tomando efeito em Janeiro de 2005 o que, tendo sido anunciado no final de 2004, terá gerado alguma indecisão aos subscritores destes produtos. No que se refere à actividade da BBVA Fundos, verificou-se contudo um comportamento favorável do saldo líquido de produção (subscrições — reembolsos), o qual evoluiu positivamente durante 2004 crescendo 17% relativamente ao ano transacto.

Em 2005 a BBVA Fundos tem como objectivo relançar a sua linha de produtos através do início de actividade de novos fundos, preparados e aprovados durante o ano.

Os objectivos para 2005 são ambiciosos em termos de crescimento e sustentam-se numa estratégia comercial agressiva no segmento de retalho, assente no lançamento de produtos inovadores, de elevado valor acrescentado.

#### Análise económico-financeira do Grupo

Dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março, e de acordo com as instruções técnicas de consolidação de contas do Banco de Portugal, procedemos à consolidação de contas

do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., na qualidade de empresa-mãe.

A análise económica e financeira ao nível de Grupo (consolidado) assume um carácter muito mais expressivo na medida em que as diferentes subsidiárias desenvolvem uma actividade centrada exclusivamente nos produtos correspondentes à sua especialidade, e que se integram na gama de produtos e serviços que o banco proporciona aos seus clientes.

Sendo entidades distintas do banco tanto por imperativo legal como por razões de especialização, estas sociedades actuam em estreita colaboração com as diferentes áreas do banco e dependem da sua rede de distribuição, pelo que só a análise do conjunto permite revelar os resultados alcançados por essa conjugação de actividades.

Introdução — Condicionantes da actividade:

A actividade das instituições financeiras em Portugal foi condicionada por uma economia interna que, embora permanecendo sujeita à necessidade de recuperação dos desequilíbrios macroeconómicos existentes, apresentou uma recuperação moderada.

E neste contexto que se verificou uma ligeira tendência de aceleração do crédito interno, que, segundo dados do Banco de Portugal relativos ao crescimento anual do crédito ao sector não monetário exceptuando a administração Pública (ajustado pelos efeitos de titularização), registou um crescimento de 6,5% em Dezembro, valor que compara com 6,2% em Dezembro de 2003, reflectindo a evolução pouco dinâmica da actividade económica.

O crédito às sociedades não financeiras, apesar destas beneficiarem de balanços mais saneados e de retoma de projectos de investimento, teve uma evolução no último mês de 2004 praticamente idêntica à observada em Dezembro de 2003 (2,5% face a 2,7%). O crédito concedido a particulares, depois de apresentar uma expansão consistente até finais do terceiro trimestre, derivada de alguma recuperação dos níveis de confiança e apoiada por baixas taxas de juro, apresentou nos últimos meses do ano alguma tendência de estagnação, reflectindo quebras no nível de expectativas dos consumidores.

Face a um crescimento de 9,6% em 2003 o crédito a particulares registou, em Dezembro de 2004, uma variação de 9,2%, valor que inclui um crescimento de 10,5% nos empréstimos para habitação.

A captação de recursos de clientes que, em Dezembro de 2004, apresentou um crescimento, em termos homólogos, de 4,1%, registou um acréscimo face à evolução de 3,4% de 2003. Este acréscimo verifica-se apesar da concorrência de produtos de desintermediação financeira mais atractivos em termos de rentabilidade, de que são exemplo os fundos de investimento e os produtos estruturados.

Os mercados financeiros continuaram a evoluir positivamente em 2004, em consonância com o maior dinamismo da economia mundial, contribuindo para uma maior rentabilidade do sector bancário através da evolução significativa das comissões. A menor necessidade de constituição de provisões e as continuadas políticas de controle de custos, contribuíram igualmente para um acréscimo da rentabilidade da banca. Em contrapartida, prossegue o efeito negativo das baixas taxas de juro sobre a margem financeira, que o crescimento em volume do crédito concedido não conseguiu compensar. Apesar do ambiente de crescente concorrência a Banca não tem descurado uma rigorosa política de análise de risco.

O *ratio* de cobrança duvidosa para empresas e particulares, atingiu, segundo dados do Banco de Portugal, 2% em Dezembro de 2004, permanecendo em níveis historicamente baixos.

É neste contexto de elevada exigência que as prioridades estratégicas definidas pela implementação do Plano Director (2003/2005) do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), permitiram um crescimento selectivo da base de negócio, orientado para o segmento de clientes de maior valor, disponibilizando produtos inovadores personalizados e competitivos.

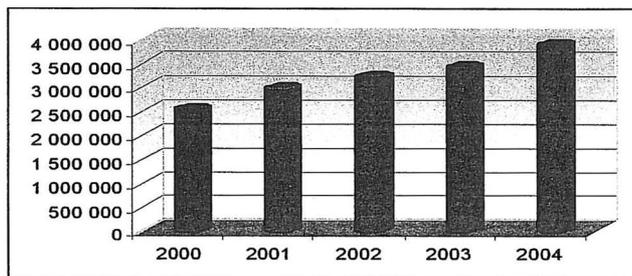
A consistência da estratégia prosseguida permitiu ganhos de quota de mercado em segmentos prioritários de negócio, de que são exemplo o crédito à habitação e a gestão de fundos de investimento, mantendo critérios de acurada e prudente gestão de risco e de adequada rentabilidade.

Actividade:

Activo:

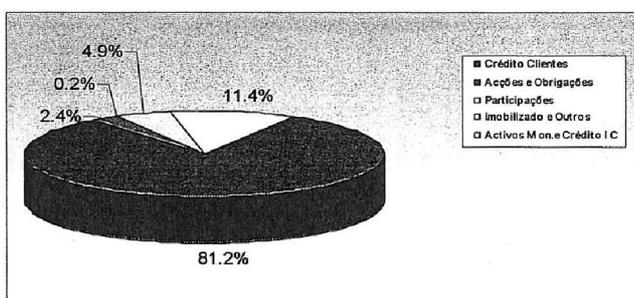
O acréscimo de actividade traduziu a prossecução da estratégia de crescimento orgânico centrada na disponibilização de soluções diversificadas e inovadoras. O activo líquido no final de 2004 ascendeu a 3882 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 13,9% face ao ano anterior.

## Activo líquido



Se analisarmos a estrutura do activo é notório o contributo da carteira de crédito, que representa mais de 81%, valor superior em 1,2% face ao do ano transacto. A componente activos monetários e crédito sobre instituições de crédito, com um peso relativo de 11,4%, permanece praticamente inalterada.

## 2004 — Estrutura do activo

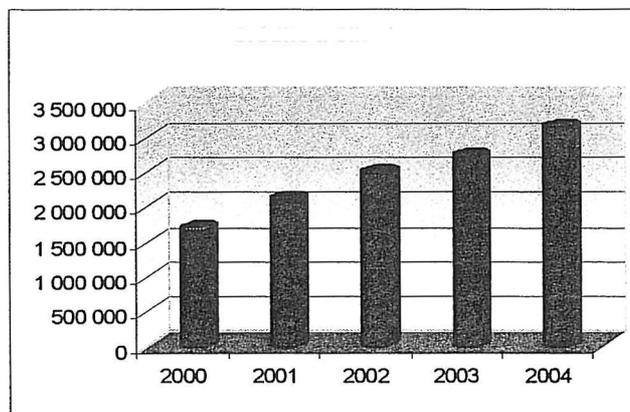


Mantêm-se a carteira e a actividade de *trading*, que permitiu um crescimento de cerca de 6% nesta rubrica, pese embora o seu peso diminuto em termos de estrutura, 2,4%.

## Crédito a clientes:

O saldo total do crédito concedido registou um valor de 3151 milhões de euros, o que representa um aumento de 424 milhões de euros, mais 15,6% que no ano transacto.

## Crédito a clientes



Permanecendo os critérios de selectividade e rigor na política de crédito ao consumo, o enfoque prioritário no segmento de crédito à habitação, que evoluiu a um ritmo superior a 30%, foi determinante para este crescimento.

De salientar que esta evolução compara com um crescimento anual estimado pelo Banco de Portugal, de 10,5% no mercado hipotecário (valores corrigidos de titularização), taxa de crescimento inferior à observada no ano anterior.

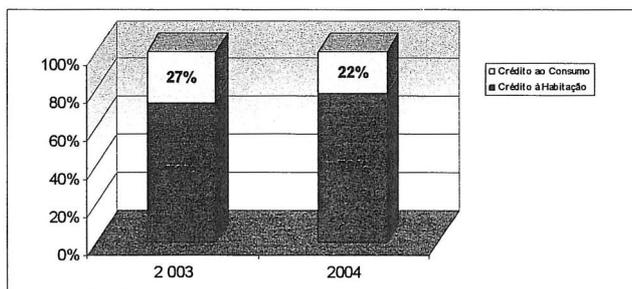
No que respeita à repartição por segmentos, é uma vez mais notória a ênfase atribuída ao segmento do crédito à habitação, que ascendeu, no âmbito dos clientes particulares, a 967 milhões de euros em 2004, embora a evolução do crédito a empresas, com um crescimento de 10,2%, seja igualmente de referenciar.

(Em milhares de euros)

	2004	Porcentagem	2003	Porcentagem	Varição 2004-2003 (percent.)
Crédito por segmentos:					
Crédito a empresas .....	1 846 961	58,21	1 675 742	60,62	10,22
Crédito a particulares .....	1 243 560	39,20	1 015 531	36,74	22,45
Crédito habitação .....	966 943	30,48	739 132	26,74	30,82
Outro crédito a particulares .....	276 617	8,72	276 399	10,00	0,08
Outros créditos .....	82 217	2,59	72 930	2,64	12,73
<i>Total do crédito (bruto)</i> .....	<u>3 172 738</u>	<u>100,00</u>	<u>2 764 203</u>	<u>100,00</u>	<u>14,78</u>

O crédito concedido a particulares atingia os 1244 milhões de euros em Dezembro de 2004, registando uma taxa de crescimento anual de 22,5%. A componente mais dinâmica deste crescimento, reflectindo a prioridade definida pelo plano director, foi o crédito à habitação. O restante crédito a particulares, mercê da política de selectividade prosseguida, manteve-se com valores praticamente idênticos ao do ano anterior, fixando-se em 277 milhões de euros em Dezembro de 2004.

## Crédito a particulares



A prossecução de uma política de criteriosa selectividade e controlo de risco, acompanhada de constante monitorização das operações de crédito efectuadas e de rigorosos e diligentes procedimentos de recuperações de crédito, permitiram baixar o rácio de crédito vencido, calculado de acordo com a Carta Circular n.º 99/03, de 5 de Novembro do Banco de Portugal, de 1,35% em 2003 para 0,90% em 2004. O crédito vencido cifrou-se assim em 28 483 milhares de euros em Dezembro de 2004, valor que compara com 37 420 milhares de euros em idêntico período do ano anterior. A prudência face à cobertura de riscos conduziu a um reforço na cobertura de crédito vencido por provisões. Assim, o grau de cobertura de crédito em incumprimento evoluiu de 133% no ano de 2003 para 156% em Dezembro de 2004.

(Em milhares de euros)

	2004	2003	Varição (percent.)
Crédito e juros vencidos .....	28 483	37 420	— 23,88
Mais de 90 dias (a) .....	25 469	34 453	— 26,08
Crédito de cobr. duvidosa reclassificado como vencido (b) .....	2 302	10 587	— 78,26
Crédito em incumprimento (a+b) .....	<u>27 771</u>	<u>45 040</u>	<u>— 38,34</u>

	(Em milhares de euros)		
	2004	2003	Variação (percent.)
Crédito vencido/crédito total (percentagem) .....	0,90	1,35	—
Mais de 90 dias/crédito total (percentagem) .....	0,80	1,25	—
Crédito em incumprimento/crédito total (percentagem) .....	0,88	1,63	—
Cobertura do crédito vencido (percentagem) .....	152,02	160,11	—
Cobertura do crédito vencido há mais 90 dias (percentagem) .....	170,01	173,90	—

	(Em milhares de euros)		
	2004	2003	Variação (percent.)
Cobertura do crédito em incumprimento (percentagem) .....	155,92	133,02	—

Se analisarmos o crédito concedido por prazo de vencimento verificamos que 30% estão concentrados no escalão de prazo mais curto, até três meses, ou no prazo mais longo, onde a concentração é de cerca de 40%. Apesar desta concentração, a evolução verificada em 2004 face ao ano anterior traduz uma redução significativa no crédito concedido no prazo mais curto e um aumento considerável no prazo até um ano.

	2004	Porcentagem	2003	Porcentagem	Variação (percentagem)
Crédito por prazo vencimento:					
Até três meses .....	952 332	30,02	1 018 554	36,85	— 6,50
De três meses a um ano .....	404 316	12,74	202 160	7,31	100,00
De um ano a cinco anos .....	531 380	16,75	388 101	14,04	36,92
Mais de cinco anos .....	1 256 227	39,59	1 117 967	40,45	12,37
Vencidos .....	28 483	0,90	37 420	1,35	— 23,88
<i>Total do crédito (bruto) .....</i>	<i>3 172 738</i>	<i>100,00</i>	<i>2 764 202</i>	<i>100,00</i>	<i>14,78</i>

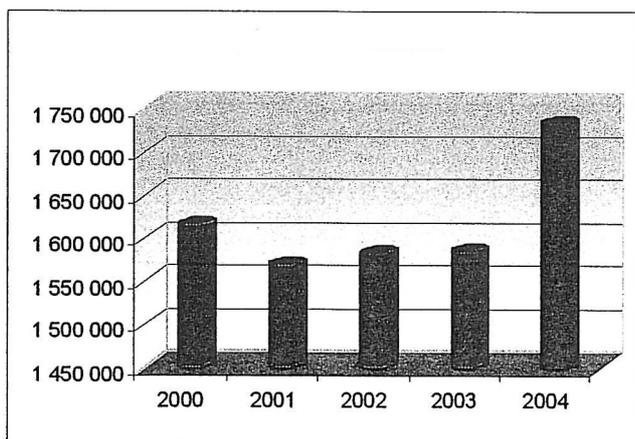
Recursos de clientes:

O comportamento dos recursos de clientes em 2004 foi globalmente muito positivo, aumentando de 2458 milhões de euros em 2003 para 2766 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, o que traduz um crescimento de 12,6%. Para esta evolução contribuiu de forma decisiva o desempenho dos recursos fora de balanço que evidenciaram um aumento de 18,3%. O acréscimo de 19,4% dos fundos de investimento mobiliário, que atingiram uma quota de mercado de 2,17%, e de 17,1% dos produtos de poupança a longo prazo e dos activos sob gestão discricionária, reflecte o excelente comportamento destas categorias de produtos.

	2004	2003	Variação (percent.)
Depósitos de clientes .....	1 732 948	1 584 203	9,4
Fundos de investimento .....	536 491	449 310	19,4
Outros recursos fora de balanço .....	496 609	424 042	17,1
<i>Total recursos geridos .....</i>	<i>2 766 048</i>	<i>2 457 555</i>	<i>12,6</i>

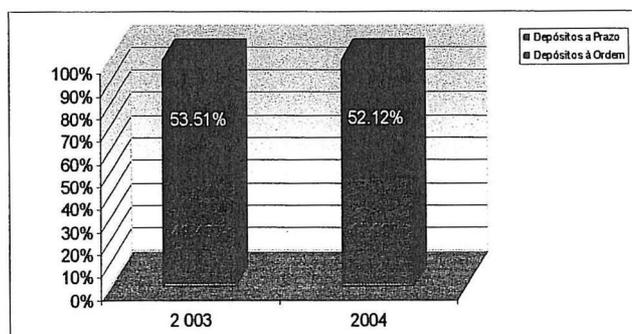
A procura permanente de novas soluções de aplicação de poupanças, que aliassem a criatividade com a segurança e a rentabilidade, traduziram-se assinalável dinamismo dos depósitos de clientes que cresceram 9,4%.

Depósitos de clientes



Relativamente à estrutura de captação de recursos, verifica-se uma ligeira tendência para o aumento do peso dos depósitos à ordem, que registaram um crescimento de 12,7%, passando a representar cerca de 47,9% dos depósitos. Os depósitos a prazo, independentemente de se manterem como a componente mais importante dentro dos depósitos, apresentaram um crescimento, ainda assim expressivo, de 6,5%.

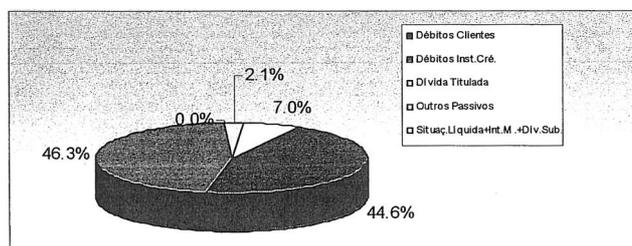
Estrutura de depósitos de clientes



Em virtude do crescimento dos recursos obtidos de clientes com expressão no balanço (depósitos e débitos representados por títulos) ter crescido a um ritmo inferior ao do crédito, o ratio de transformação desses recursos passou de 172% em 2003 para 182% em 2004.

Analisando a estrutura de financiamento, os recursos provenientes de débitos junto de instituições de crédito representavam 46,3% do total de recursos, seguidos pelos recursos provenientes de depósitos de clientes, que corresponderam a 44,6% do total. O financiamento obtido por via das instituições de crédito foi efectuado quase totalmente por débitos a prazo, ou com pré-aviso, cerca de 99%.

2004 — Estrutura do passivo



## Análise da conta de resultados:

Em 2004, os resultados consolidados do BBVA Portugal situaram-se em 9810 milhares de euros, o que representa um crescimento de 30% face ao montante registado no ano transacto. Comparativamente ao ano anterior, a conta de resultados apresenta globalmente uma evolução positiva — um aumento de 2,3 milhões de euros no resultado líquido.

## Conta de resultados

	2004	2003	ABS	Porcentagem
(+) Juros e proveitos equiparados .....	131 198	120 969	10 229	8,5
(-) Juros e custos equiparados .....	73 886	63 636	10 250	16,1
(=) Margem financeira .....	57 312	57 333	— 21	—
(+) Outros proveitos correntes .....	80 974	78 187	2 787	3,6
(-) Outros custos correntes .....	35 189	36 299	— 1 110	— 3,1
(=) Produto bancário .....	103 098	99 221	3 877	3,9
(-) Custos administrativos .....	71 443	69 386	2 057	3,0
(=) Resultado bruto de exploração .....	31 655	29 835	1 820	6,1
(+) Resultados extraordinários .....	— 8 624	— 6 385	— 2 239	35,1
(+) Resultados subs. exc. consolid. ....	841	479	362	75,5
(=) Resultados bruto global .....	23 872	23 929	— 57	— 0,2
(-) Amortizações do exercício .....	9 419	8 780	639	7,3
(-) Provisões do exercício .....	3 300	8 749	— 5 449	— 62,3
(=) Resultado bruto antes de impostos .....	11 152	6 400	4 752	74,3
(-) Provisões para impostos s/ lucros .....	1 011	1 237	— 226	— 18,3
(=) Resultado líquido .....	10 141	5 163	4 978	96,4
(-) Interesses minoritários .....	331	— 2 390	2 721	— 113,8
(=) Resultado atribuível ao Banco .....	9 810	7 553	2 257	29,9

## Margem financeira:

O crescimento do volume de negócios permitiu uma evolução praticamente estável na margem financeira, que totalizou 57 312 milhares de euros, apesar de permanecerem os factores que condicionam negativamente a evolução do resultado financeiro, de que são exemplo o reduzido diferencial entre as taxas de juro activas e passivas, a concorrência acrescida na captação de recursos e a política de rigor seguida na concessão de crédito.

As comissões líquidas atingiram 28 395 milhares de euros, montante que traduz um crescimento de 11,7% face ao ano anterior. Este esforço de comissionamento é reflexo da melhoria dos serviços prestados e da diversidade e competitividade de soluções apresentadas.

	(Em milhares de euros)				
	2004	Porcentagem	2003	Porcentagem	Variação (porcentagem)
Comissões líquidas:					
De operações de crédito .....	5 798,7	20,4	4 522,0	17,8	28,2
De garantias e avales .....	2 475,4	8,7	1 298,5	5,1	90,6
De cobrança e pagamento .....	2 044,7	7,2	2 225,6	8,8	— 8,1
De gestão de activos .....	8 679,7	30,6	7 435,6	29,2	16,7
Outras .....	9 396,8	33,1	9 941,2	39,1	— 5,5
<i>Total</i> .....	<i>28 395,3</i>	<i>100,0</i>	<i>25 422,9</i>	<i>100,0</i>	<i>11,7</i>

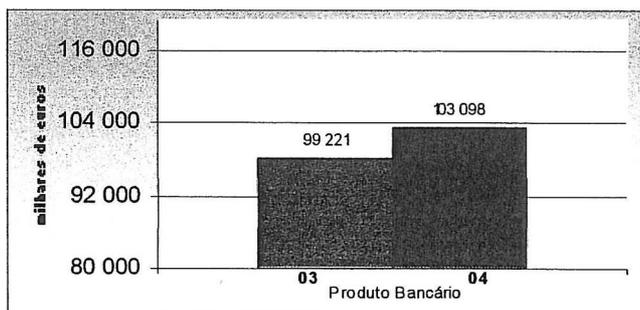
Ao analisar a composição das comissões verifica-se que uma das comissões mais representativas é a de gestão de activos, que detêm 30,6% do total das comissões e que apresenta um crescimento de 16,7%. Destacam-se igualmente as comissões de operações de crédito que contribuem com 20,4% para o montante total de comissionamento e que registaram um crescimento anual de 28,2%.

Os lucros em operações financeiras aumentaram 8,6%, tendo ascendido a 2260 milhares de euros. O contributo dos ganhos em instrumentos de taxa de juro, no valor de 647 milhares de euros, foi decisivo para esta evolução.

	2004	Porcentagem	2003	Porcentagem	Variação (porcentagem)
Lucros em operações financeiras:					
Instrumentos de taxas de juro .....	647,0	28,6	17,3	0,8	3 639,9
Ações .....	1 459,7	64,6	3 068,7	147,4	— 52,4
Ganhos cambiais .....	844,6	37,4	920,9	44,3	— 8,3
Outros .....	— 691,8	— 30,6	— 1 925,5	— 92,5	— 64,1
<i>Total</i> .....	<i>2 259,5</i>	<i>100,0</i>	<i>2 081,4</i>	<i>100,0</i>	<i>8,6</i>

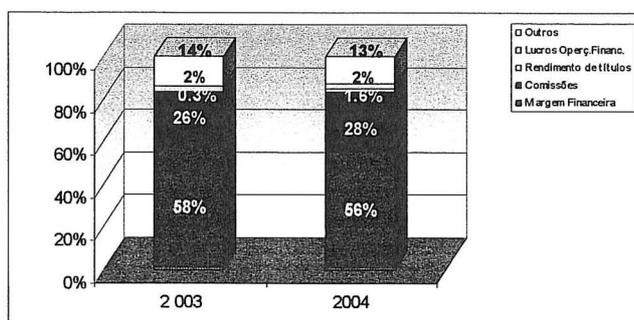
## Produto bancário:

O produto bancário ascendeu a 103 098 milhares de euros, valor que representa uma evolução positiva de 3,9% face a 2003.



De entre os factores que contribuem para o produto bancário, destaca-se o maior peso da margem financeira estrita, apesar de um ligeiro decréscimo, das comissões, que recuperaram em termos de peso relativo os 2% de queda do peso da margem financeira, e do rendimento de títulos que, não obstante ser a componente menos representativa foi a que apresentou a evolução mais notória.

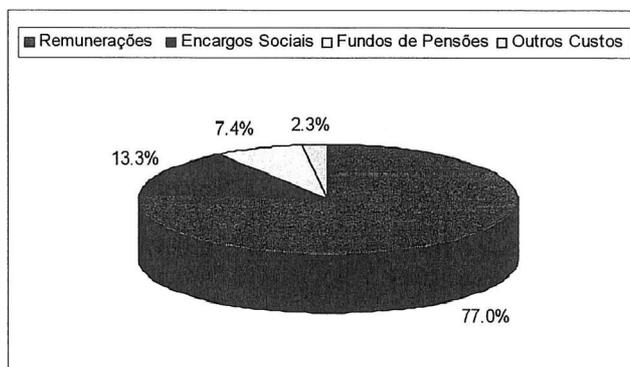
Produto bancário — estrutura



Custos de estrutura:

Os custos de estrutura apresentaram um crescimento moderado de 3,4%, totalizando 80 862 milhões de euros. Prosseguindo o processo de racionalização e redimensionamento do quadro de funcionários, os custos com pessoal apresentaram uma trajectória ligeiramente ascendente com uma variação de 1,4%.

Custos com pessoal 2004



O Banco passou, neste exercício, a reconhecer a responsabilidade com férias e subsídio de férias dos seus empregados, tendo em consequência e de acordo com autorização concedida pelo Banco de Portugal, registado na rubrica de resultados transitados um montante de 4200 milhões de euros.

O aumento de 5,2% nos fornecimentos e serviços de terceiros, foi condicionado pelos encargos decorrentes da política de optimização da rede comercial e de reposicionamento do banco em Portugal, que conduziram ao encerramento de seis agências e à abertura de três novas agências, duas de empresas e uma de particulares.

(Em milhares de euros)

	2004	Porcentagem	2003	Porcentagem	Variação (porcentagem)
<b>Outros custos administrativos:</b>					
Fornecimento de terceiros .....	1 992,8	6,7	2 051,8	7,2	- 2,9
Rendas e alugueres .....	2 890,1	9,7	2 809,6	9,9	2,9
Comunicações e desp. expedição .....	4 049,9	13,6	4 063,3	14,3	- 0,3
Desloc. estrangeiro e representações .....	1 615,4	5,4	1 710,6	6,0	- 5,6
Publicidade e publicações .....	2 452,1	8,2	2 008,6	7,4	22,1
Avenças e honorários .....	1 091,9	3,7	907,2	3,2	20,4
Conservação e reparação .....	1 255,2	4,2	1 341,2	4,7	- 6,4
Seguros .....	663,6	2,2	767,4	2,7	- 13,5
Judiciais, contencioso, notariado .....	883,0	3,0	801,9	2,7	10,1
Outros serviços de terceiros .....	12 920,0	43,3	11 882,9	41,9	8,7
<b>Total .....</b>	<b>29 814,0</b>	<b>100,0</b>	<b>28 344,5</b>	<b>100,0</b>	<b>5,2</b>

Apesar deste aumento, conjugado com um esforço de investimento acrescido que se traduziu num acréscimo de 7,3% na dotação de amortizações, o rácio de eficiência, entendido como a percentagem do produto bancário consumida pelos custos de estrutura, diminuiu 1%, fixando-se em 78%. Se considerarmos os custos de funcionamento, em relação com o produto bancário regista-se idêntica melhoria, fixando-se este rácio de eficiência em 69%.

	2004	Porcentagem	2003	Porcentagem	Variação (porcentagem)
<b>Custos de estrutura:</b>					
Custos com pessoal (a) .....	41 629,0	51,5	41 042,0	52,5	1,4
Outros custos administrativos (b) .....	29 814,0	36,9	28 345,0	36,3	5,2
Custos de funcionamento (a+b) .....	71 443,0	88,4	69 387,0	88,8	3,0
Amortizações (c) .....	9 419,0	11,6	8 780,0	11,2	7,3
Custos de estrutura (a+b+c) .....	80 862,0	100,0	78 167,0	100,0	3,4
Custos de pessoal em percentagem do produto bancário (1) .....	40,0		41,0		- 1,0
Custos de funcionamento em percentagem do produto bancário ...	69,0		70,0		- 1,0
Custos de estrutura em percentagem do produto bancário (1) .....	78,0		79,0		- 1,0

(1) calculado de acordo com a instrução n.º 16/2004.

## Provisões:

As provisões constituídas em 2004 atingem 3300 milhares de euros, o que representa uma redução face ao valor registado no ano anterior. Esta redução deriva da libertação de provisões gerada pela recuperação de crédito vencido e de crédito de cobrança duvidosa, pela significativa redução de provisões para risco país e por um enquadramento, macroeconómico menos restritivo.

(Em milhares de euros)

	2004	Porcentagem	2003	Porcentagem	Variação (porcentagem)
<b>Provisões (conta de resultados):</b>					
Provisões para crédito .....	4 327,9	131,1	12 464,4	142,5	— 65,3
Provisões específicas para crédito .....	4 469,9	135,4	13 488,8	154,2	— 66,9
Provisões genéricas para crédito .....	— 142,0	— 4,3	— 1 024,4	— 11,7	— 86,1
Reposições de provisões genéricas (aviso n.º 8/2003 BdP) ....	—	—	—	—	—
Provisões para depreciação de títulos e participações .....	— 45,4	— 1,4	— 24,9	— 0,3	82,3
Provisões para risco-país .....	— 1 068,3	— 32,3	1 084,8	12,4	— 198,5
Outras provisões .....	86,1	2,6	— 4 775,1	— 54,6	— 101,8
<i>Total</i> .....	<i>3 300,3</i>	<i>100,0</i>	<i>8 749,2</i>	<i>100,0</i>	<i>— 62,3</i>

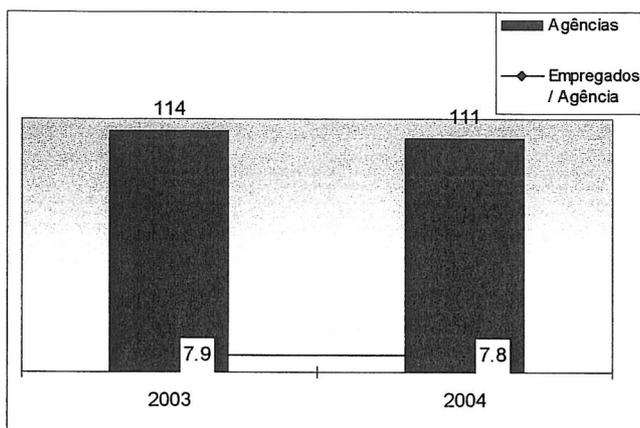
A política de racionalização de recursos humanos traduziu-se numa redução de 27 colaboradores fixando o seu número, no final de 2004, em 869. Procedeu-se igualmente à reorganização da rede de Agências, mantendo-se um registo positivo na eficiência da organização.

Seguindo a instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, os indicadores de rentabilidade em Dezembro de 2004 e os correspondentes ao período homólogo do ano anterior, são os seguintes:

(Em percentagem)

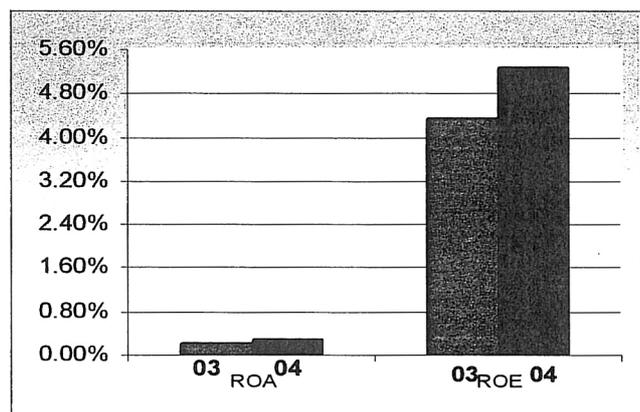
Rendibilidade	2004	2003
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários/capitais próprios médios .....	5,73	3,48
Produto bancário/activo líquido médio .....	2,84	3,02
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários/activo líquido médios .....	0,31	0,19

## Agências/colaboradores



O contributo positivo do produto bancário, determinado pelo dinamismo das comissões e dos resultados financeiros e a redução significativa do esforço em saneamentos creditícios, possível devido à política prudente de concessão de crédito e a diligentes procedimentos de recuperações de crédito, foram decisivos na obtenção de um resultado líquido que se fixou em 9 810 000 euros, com um expressivo crescimento de 30%.

A rentabilidade líquida média dos capitais próprios (ROE), em termos anualizados, foi de 5,26% o que compara com 4,34% no período homólogo. Por sua vez, a rentabilidade líquida do activo médio (ROA) ascendeu a 0,27% em 2004 face a 0,23% em 2003.



Durante 2004, a estratégia de inovação e de enfoque em segmentos específicos de mercado, contemplada no segundo ano do plano director 2003-2005, gerou um forte dinamismo no ritmo de actividade que, aliado a um aumento de competitividade, se traduziu num crescimento significativo dos volumes de negócio, permitindo relevantes incrementos de quotas de mercado e resultados.

Os esforços definidos pelo plano director no sentido de implementar melhores ferramentas de gestão e programas de formação, para elevar a qualificação e capacidade de assessoramento personalizado das equipas de gestão, traduziram-se em melhorias ao nível da eficiência e do atendimento.

O BBVA Portugal prosseguirá com uma estratégia orientada para a qualidade, inovação e antecipação nas diferentes áreas de negócio, com especial destaque para aquelas em que detém vantagens comparativas, como as áreas do crédito hipotecário, crédito especializado e grandes empresas. A apresentação de soluções financeiras inovadoras seguras e competitivas, privilegiando categorias de fundos de maior valor acrescentado, permitirá um posicionamento cada vez mais importante junto dos clientes dos fundos de investimento.

A estratégia de crescimento continuará a assentar em exigentes critérios de prudência e selectividade e será apoiada por eficazes instrumentos de controlo e gestão de risco. Prosseguirá o esforço de racionalização de procedimentos por forma a reduzir os custos de funcionamento e a promover a eficiência.

## Reconhecimento público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades monetárias e financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos órgãos sociais, quer o conselho de administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração demonstrada.

Lisboa, 18 de Janeiro de 2005. — O Conselho de Administração:  
*José Eduardo Vera Cruz Jardim*, presidente — *Segundo Duarte Martins*, administrador-delegado — *Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos*, vogal — *Ignácio Lacasta Casado*, vogal — *José Luis Joló Marin*, vogal — *José Joaquim Ponte da Silva*, vogal — *José Joaquín Puig de la Bellacasa*, vogal — *Juan Madriaga Asua*, vogal — *Júlio Lopez Gomez*, vogal.

### Anexo ao relatório do conselho de administração

#### Informação sobre os accionistas

De acordo com os artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da sociedade que fazem parte dos órgãos sociais:

Accionista: José Eduardo Vera Cruz Jardim.

Número de acções detidas : 50.

Órgão social: presidente do conselho de administração.

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., e manteve

constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2004, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido artigo 448.º, informa-se que o accionista Canal International Holding, S. A., é detentor de 113 094 800 acções, correspondendo a 90,4758% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A., é detentor de 11 905 050 acções, correspondendo a 9,5240% do capital social da sociedade.

O Conselho de Administração: *José Eduardo Vera Cruz Jardim*, presidente — *Segundo Huarte Martins*, administrador-delegado — *Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos*, vogal — *Ignácio Lacasta Casado*, vogal — *José Luis Joló Marin*, vogal — *José Joaquim Ponte da Silva*, vogal — *José Joaquín Puig de la Bellacasa*, vogal — *Juan Madriaga Asua*, vogal — *Júlio Lopez Gomez*, vogal.

### Balancos consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

#### ACTIVO

(Em milhares de euros)

	Notas	2004			2003
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	53	86 477	—	86 477	37 190
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	54	67 553	—	67 553	64 033
Outros créditos sobre instituições de crédito .....	14	289 369	—	289 369	292 402
Créditos sobre clientes .....	14	3 172 737	(21 947)	3 150 790	2 726 590
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo .....		84 137	(26)	84 111	71 337
<i>a)</i> De emissores públicos .....	10	16 149	—	16 149	1 307
<i>b)</i> De outros emissores .....	10	67 988	(26)	67 962	70 030
Acções e outros títulos de rendimento variável .....	10	7 480	—	7 480	15 140
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação .....	6	2 419	—	2 419	5 378
Outras participações financeiras .....	6	4 162	(509)	3 653	3 736
Imobilizações incorpóreas .....	11	66 069	(53 571)	12 498	10 630
Imobilizações corpóreas .....	11	135 318	(67 820)	67 498	72 347
(Das quais: imóveis de serviço próprio) .....	11	(85 488)	(25 477)	(60 011)	(64 614)
Outros activos .....	31	19 927	(1 248)	18 679	14 059
Contas de regularização .....	27	91 434	—	91 434	94 735
		4 027 082	(145 121)	3 881 961	3 407 577

#### PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2004	2003
Débitos para com instituições de crédito .....		1 797 023	1 461 988
<i>a)</i> À vista .....	18	9 022	84 377
<i>b)</i> A prazo ou com pré-aviso .....	18	1 788 001	1 377 611
Débitos para com clientes .....		1 732 947	1 584 204
<i>a)</i> Depósitos de poupança .....	18	36 985	35 747
<i>b)</i> Débitos à vista .....	18	829 796	736 443
<i>c)</i> Débitos a prazo .....	18	866 166	812 014
Outros passivos .....	31	23 280	44 238
Contas de regularização .....	27	29 742	24 105
Provisões para riscos e encargos: .....			
<i>b)</i> Outras provisões .....	24	27 180	27 196
Fundo para riscos bancários gerais .....	24	65	65
Passivos subordinados .....	22	69 000	69 000
Capital subscrito .....	29	125 000	125 000
Prémios de emissão .....	29	7 008	7 008
Reservas .....	51	18 769	21 010
Reservas de reavaliação .....	51	4 951	4 951
Resultados transitados .....	51	28 802	23 185
Interesses minoritários .....	52	8 384	8 074
Lucro consolidado do exercício .....	51	9 810	7 553
<i>Total do passivo e da situação líquida</i> .....		3 881 961	3 407 577

## Rubricas extrapatrimoniais

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Garantias prestadas e passivos eventuais .....	23	510 086	464 716
Dos quais:			
Aceites e endossos .....	23	2 813	1 522
Garantias e avales .....	23	501 986	460 873
Outros .....	23	5 287	2 321
Compromissos .....	23	2 044 647	2 267 820
Dos quais:			
Resultantes de operações de venda com opção de recompra .....		—	—

O Conselho de Administração: *José Eduardo Vera Cruz Jardim*, presidente — *Segundo Huarte Martins*, administrador-delegado — *Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos*, vogal — *Ignácio Lacasta Casado*, vogal — *José Luis Joló Marín*, vogal — *José Joaquim Ponte da Silva*, vogal — *José Joaquín Puig de la Bellacasa*, vogal — *Juan Madriaga Asua*, vogal — *Júlio Lopez Gomez*, vogal.

**Demonstrações de resultados consolidados por naturezas  
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**

## CUSTOS

	Notas	2004	2003
Juros e custos equiparados .....	58	73 886	63 636
Comissões .....	60	3 986	4 162
Prejuízos em operações financeiras .....		29 600	30 843
Gastos gerais administrativos .....		71 443	69 386
a) Custos com pessoal .....	56	41 629	41 042
b) Outros gastos administrativos .....		29 814	28 345
Amortizações do exercício .....	11	9 419	8 780
Outros custos de exploração .....	39	1 079	720
Provisões para crédito vencido e para outros riscos .....	24	47 072	42 146
Provisões para immobilizações financeiras .....	24	16	75
Perdas extraordinárias .....	39	10 875	10 216
Impostos sobre lucros .....	41	1 011	1 237
Outros impostos .....		524	574
Resultados em empresas associadas e filiais excluídas da consolidação .....		—	438
Interesses minoritários .....	51	331	—
Lucro consolidado do exercício .....	52	9 810	7 553
		259 052	239 767

## PROVEITOS

	Notas	2004	2003
Juros e proveitos equiparados .....	57	131 199	120 969
Rendimento de títulos .....	55	1 680	316
Comissões .....	59	32 382	29 585
Lucros em operações financeiras .....		31 858	32 925
Reposições e anulações de provisões .....	24	43 788	33 472
Resultados em empresas associadas e filiais excluídas da consolidação .....	52	841	917
Outros proveitos de exploração .....	39	15 053	15 361
Ganhos extraordinários .....	39	2 251	3 832
Interesses minoritários .....		—	2 390
		259 052	239 767

O Conselho de Administração: *José Eduardo Vera Cruz Jardim*, presidente — *Segundo Huarte Martins*, administrador-delegado — *Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos*, vogal — *Ignácio Lacasta Casado*, vogal — *José Luis Joló Marín*, vogal — *José Joaquim Ponte da Silva*, vogal — *José Joaquín Puig de la Bellacasa*, vogal — *Juan Madriaga Asua*, vogal — *Júlio Lopez Gomez*, vogal.

## Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

(Em milhares de euros)

	2004
Fluxos de caixa das actividades operacionais:	
Juros e comissões recebidas .....	157 366
Pagamento de juros e comissões .....	(76 451)
Resultados em operações financeiras .....	2 259
Pagamentos ao pessoal e fornecedores .....	(77 319)
Contribuições para o Fundo de Pensões .....	(14 730)
Outros recebimentos .....	18 144
Outros pagamentos .....	(6 614)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais .....	2 655
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:	
Outros créditos sobre instituições de crédito .....	4 139
Créditos sobre clientes .....	(428 427)
Títulos de negociação .....	9 198
Outros activos e contas de regularização .....	(2 210)
	(417 300)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:	
Débitos para com instituições de crédito .....	335 035
Débitos para com clientes .....	148 745
Outros passivos e contas de regularização .....	1 166
	484 946
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento .....	70 301
Impostos sobre o rendimento pagos .....	(1 478)
<i>Caixa líq. das activ. operacionais</i> .....	68 823
Fluxos de caixa das actividades de investimento:	
Dividendos recebidos .....	4 639
Aquisição de imobilizações .....	(10 647)
Alienação de imobilizações .....	4 208
Aquisições de títulos de investimento .....	(14 251)
Venda de participações .....	56
<i>Caixa líq. das activ. de investimento</i> .....	(15 995)
Interesses minoritários .....	(21)
Aumento (diminuição) líq. de caixa e seus equivalentes .....	52 807
Caixa e seus equivalentes no início do período .....	101 223
Caixa e seus equivalentes no fim do período .....	154 030

O Conselho de Administração: *José Eduardo Vera Cruz Jardim*, presidente — *Segundo Huarde Martins*, administrador-delegado — *Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos*, vogal — *Ignácio Lacasta Casado*, vogal — *José Luis Joló Marin*, vogal — *José Joaquim Ponte da Silva*, vogal — *José Joaquín Puig de la Bellacasa*, vogal — *Juan Madriaga Asua*, vogal — *Júlio Lopez Gomez*, vogal.

### Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004

(Montantes expressos em milhares de euro, excepto quando expressamente indicado)

#### Nota introdutória:

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A. (BBVA Portugal ou Banco) foi constituído por escritura pública em 1991, tendo iniciado a sua actividade em 28 de Junho de 1991. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O BBVA Portugal dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com

os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro.

O BBVA Portugal dispõe de uma rede nacional de 111 balcões. Mantém também três sucursais na Madeira (duas sociedades financeiras exteriores e uma sociedade financeira internacional).

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias (nota n.º 6). Estas empresas constituem o Grupo BBVA Portugal.

Conforme indicado na nota n.º 29, o Banco é integralmente detido pelo Grupo BBVA. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo durante o exercício de 2004 encontram-se detalhados nas notas n.ºs 9 e 21.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao BBVA Portugal ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

#### 1 — Comparabilidade da informação:

Na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal através da carta n.º 246/05/DSBDR, de 11 de Janeiro, o Banco registou por contrapartida da rubrica de resultados transitados, uma provisão no montante de 4200 milhares de euros (notas n.ºs 27 e 51), destinada a fazer face à remuneração do mês de férias e ao subsídio de férias dos seus empregados. Até ao exercício de 2003, estes custos eram reconhecidos no exercício em que eram pagos.

3 — Bases de apresentação, princípios de consolidação e principais políticas contabilísticas:

#### 3.1 — Bases de apresentação das contas:

As demonstrações financeiras do Banco e das suas subsidiárias (excepto a BBVA Fundos) foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras do Banco e das suas subsidiárias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias gerais de acionistas. No entanto, o conselho de administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

#### 3.2 — Princípios de consolidação:

A consolidação das contas das empresas subsidiárias que utilizam o Plano de Contas para o Sistema Bancário foi efectuada pelo método da integração global. Os saldos e as transacções (e os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica de interesses minoritários (nota n.º 52).

A consolidação das contas da BBVA Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., foi efectuada pelo método da equivalência patrimonial (*equity method*). De acordo com este método, o valor da participação é ajustado com base na percentagem da situação líquida, correspondente à participação efectiva do BBVA nessa empresa.

Os valores de *trespasse (goodwill)*, decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias à data da compra, são totalmente amortizados no ano de aquisição por contrapartida de reservas.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do BBVA Portugal e das suas subsidiárias, na proporção da participação respectiva, após os ajustamentos de consolidação (nota n.º 51).

As participações que não são objecto de consolidação, pelo método da integração global ou por equivalência patrimonial, registam-se de acordo com o critério definido na nota n.º 3.3, alínea f).

#### 3.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios.* — Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os juros de crédito concedido são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso.

Quando uma operação se encontra registada em crédito vencido, os respectivos juros apenas são registados como proveitos no momento da sua cobrança.

Os custos com pensões são registados de acordo com o descrito na alínea *i*) abaixo.

*b) Transacções em moeda estrangeira e operações com produtos derivados.* — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros ao câmbio de *fixing* da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista numa moeda corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de *fixing* do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras, respectivamente.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo como proveitos e custos em suspenso, por contrapartida de proveitos ou custos nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, respectivamente.

Operações de permuta de divisas (*swaps* de moeda):

As operações de *swap* de moeda não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Operações de permuta de taxa de juro (*swaps* de taxa de juro):

Os contratos de *swap* de taxa de juro, com natureza de cobertura, são registados pelo valor teórico das operações em rubricas extrapatrimoniais.

Os juros a receber e a pagar relativos ao período em curso são reconhecidos em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, por contrapartida de resultados.

Os contratos de *swap* de cobertura de activos financeiros reconhecidos ao custo amortizado não são reavaliados.

*Swaps* de cotações (*equity swaps*):

O valor notional dos contratos é registado em rubricas extrapatrimoniais. A componente de taxa de juro relativa ao período em curso é reconhecida em contas de regularização por contrapartida de resultados.

A componente *equity* é registada através da reavaliação dos derivados implícitos nos contratos (opções, *caps* e *floors*).

Estes *swaps* referem-se essencialmente a estruturas contratadas para a cobertura de depósitos estruturados.

Futuros e opções:

Os contratos de futuros e opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico.

As posições de negociação em contratos de futuros e opções, transaccionados em mercados organizados, são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados.

O montante dos prémios pagos (por opções compradas) e recebidos (por opções vendidas) é registado em contas de regularização até à data em que ocorra a execução do contrato.

Adicionalmente estes contratos são valorizados mensalmente com base na cotação de mercado, sendo os lucros e perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

*c) Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco país e riscos gerais de crédito.* — De acordo com o aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Banco e as suas subsidiárias registam as seguintes provisões para riscos de crédito:

*i) Provisão para crédito e juros vencidos:*

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a entrada em incumprimento.

*ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa:*

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;

Estarem em incumprimento há mais de:

Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;

24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

O Banco e as suas subsidiárias registam ainda provisões adicionais para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos.

*iii) Provisão para risco país:*

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º do aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em instruções e cartas circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, no balanço do Banco esta provisão está classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco país.

*iv) Provisão para riscos gerais de crédito:*

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;

0,5% no que se refere ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário (1% até 31 de Dezembro de 2002);

1% no que se refere ao restante crédito concedido.

As provisões libertadas na sequência da redução da percentagem de provisão aplicável aos créditos garantidos por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária sobre imóveis destinados à habitação do mutuário ascenderam a 2983 milhares de euros. Durante os exercícios de 2003 e 2004, o Banco utilizou parte destas provisões, nos montantes de 2020 milhares de euros e 770 milhares de euros, respectivamente, para a constituição de provisões para riscos específicos de crédito.

A partir de 1 de Janeiro de 2003 os reforços desta provisão deixaram de ser aceites como custo fiscal.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

*d) Provisões para outros riscos:*

*i) Provisão para outros riscos e encargos:*

Destina-se a cobrir os riscos de realização do valor contabilístico dos imóveis não afectos à actividade e de outros saldos devedores, bem como a fazer face a potenciais encargos decorrentes de contingências diversas. Em geral, esta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

*ii) Fundo para riscos bancários gerais:*

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a eventuais perdas resultantes dos riscos e responsabilidades decorrentes da actividade do Banco.

Em geral esta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

*e) Aplicações em títulos.* — Os investimentos em valores mobiliários encontram-se valorizados da seguinte forma:

*Títulos de negociação:*

São considerados títulos de negociação, aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são registados ao custo de aquisição e reavaliados com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resultados da reavaliação são registados como custo ou proveito nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras e os juros são reflectidos em juros e proveitos equiparados da demonstração dos resultados.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados, encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As diferenças de valorização relativas a acções que integram a composição dos índices da Euronext Lisboa ou que apresentem liquidez adequada são registadas como proveito ou custo. A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos restantes títulos, de acordo com o critério valorimétrico definido, é registada em contas de regu-

larização do activo ou do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais. As menos-valias potenciais decorrentes da respectiva valorização são provisionadas.

*Títulos de investimento:*

Consideram-se títulos de investimento, aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco e das suas subsidiárias.

O papel comercial emitido a valor descontado é registado ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica de receitas com proveito diferido.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica de contas de regularização do activo como proveitos a receber, enquanto o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são provisionadas.

*f) Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação e outras participações financeiras:*

*Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação:*

Esta rubrica inclui a participação na BBVA Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., a qual é registada pelo método da equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor à percentagem de participação efectiva do BBVA Portugal no capital, reservas e resultados desta empresa.

*Outras participações financeiras:*

Esta rubrica inclui as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 50%, as quais são registadas ao custo de aquisição.

*Provisões:*

Quando se estimam perdas permanentes no valor de realização das participações são constituídas as respectivas provisões. Por outro lado, é dado cumprimento ao disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, o qual determina que a constituição de provisões é obrigatória quando a empresa participada se encontre numa das seguintes situações:

Ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;

Ter cessado actividade ou estar em situação de insolvência;

Ter sido objecto de alguma providência de recuperação da empresa;

Ter sido declarada em estado de falência.

Adicionalmente, em 25 de Junho de 2002, o Banco de Portugal através do seu aviso n.º 4/2002 introduziu novos requisitos de provisionamento das participações financeiras. O regime estabelecido pelo anterior aviso é mantido, tendo passado a ser também obrigatória a constituição de provisões quando o montante da menos-valia potencial numa participação exceder 15% do seu valor de inscrição no balanço. Nestas circunstâncias, a provisão mínima a constituir ascenderá a 40% da menos-valia que exceder os referidos 15%.

*g) Imobilizações corpóreas e incorpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica de reservas de reavaliação. O valor líquido resultante das reavaliações efectuadas só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Para os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000, a depreciação é calculada com base no método das quotas constantes. No que se refere aos adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 passou a ser utilizado o método das quotas constantes por duodécimos. O Banco usa as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio .....	50
Despesas em edifícios arrendados .....	10
Equipamento informático .....	4
Mobiliário e material .....	8-10
Máquinas e ferramentas .....	5-8
Instalações interiores .....	5-10
Equipamento de segurança .....	8-10
Material de transporte .....	4

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações registadas pelo Banco não é aceite como custo para efeitos fiscais. De acordo com a prática vigente para o sector bancário em Portugal, o BBVA Portugal não regista os impostos diferidos passivos que resultam desta situação.

Os imóveis de serviço próprio que deixaram de estar afectos à actividade do Banco estão registados contabilisticamente ao custo de aquisição ou ao valor de realização, dos dois o menor. Caso o valor de realização, determinado com base na avaliação, seja inferior ao valor líquido contabilístico, a respectiva menos valia potencial é provisionada no âmbito das provisões para riscos e encargos (nota n.º 24).

As imobilizações incorpóreas incluem, principalmente, gastos incorridos com a aquisição e implementação de *software*. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, em três anos.

*h) Bens arrematados.* — Os imóveis e bens de equipamento recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos são registados na rubrica de outros activos — Aplicações por recuperação de crédito, pelo valor total da dívida extinta, não sendo reavaliados nem amortizados. Contudo, nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, são constituídas provisões quando o valor esperado de realização é inferior ao valor contabilístico. Estes imóveis e bens de equipamento são mantidos no activo até serem vendidos.

*i) Pensões de reforma e sobrevivência e encargos com assistência médico social de pensionistas.* — O Banco e a BBVA Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S. A., subscreveram o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Adicionalmente, a BBVA Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., assumiu o compromisso pelo pagamento de complementos de pensões de reforma aos seus trabalhadores.

A BBVA IFC — Instituição Financeira de Crédito, S. A. e a BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A., não subscreveram o ACTV, não tendo responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma ou de complementos de pensões.

As pensões pagas ao abrigo do ACTV são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da retribuição constante da tabela do ACTV para a categoria profissional do trabalhador à data da reforma, sendo actualizadas anualmente.

De acordo com o aviso n.º 12/2001, de 9 de Novembro, e o aviso n.º 7/2002, de 31 de Dezembro do Banco de Portugal, as principais regras de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e do respectivo financiamento, são as seguintes:

*i) Obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de manter um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, no final de cada exercício;*

*ii) O acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas pode ser registado em custos diferidos e amortizado num período máximo de 10 anos.*

*iii) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado;*

*iv) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de flutuação de valores, desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes valores:*

10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referencial para o cálculo dos desvios;

10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do mesmo exercício.

Caso existam desvios actuariais e financeiros superiores aos limites acima referidos podem ser registados como custos ou proveitos diferidos e amortizados num período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que são apurados.

Na nota n.º 49 é apresentado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma. Estas responsabilidades incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS).

O Banco reconhece também o valor actual dos encargos com os prémios de antiguidade a pagar aos empregados que completem 15, 25 e 35 anos de serviço efectivo, de acordo com o previsto na cláusula 150.º do ACTV (nota n.º 27).

*j) Impostos sobre lucros.* — O Banco e as suas subsidiárias são tributados individualmente e estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente derrama, o que corresponde a uma taxa agregada de 27,5%.

As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira beneficiam, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto na Portaria n.º 555/2002, de 4 de Junho, considera-se que pelo menos 80% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira. Este regime é aplicável desde 1 de Janeiro de 2003.

O BBVA Portugal não regista os impostos diferidos activos decorrentes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em sede de IRC, incluindo os que decorrem dos prejuízos fiscais reportáveis.

*k) Locação financeira.* — As operações de locação financeira são registadas de acordo com os seguintes critérios:

Como locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de juros e proveitos equiparados.

Como locatário:

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital.

Os juros suportados são registados na rubrica de juros e custos equiparados.

*l) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito.* — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, ao valor de mercado.

*m) Fundo de Garantia de Depósitos.* — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente nos bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no regime geral das instituições de crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (nota n.º 58).

O BBVA Portugal efectuou o pagamento em numerário da totalidade da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos relativa ao exercício de 2004, no montante de 765 milhares de euros, não tendo feito uso da faculdade de não realizar o pagamento de 50% do referido valor, através da assunção de um compromisso irrevogável pelo montante não entregue.

*n) Comissões de gestão de fundos.* — As comissões de gestão de fundos de investimento cobradas aos fundos geridos pela BBVA Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S. A., são registadas no período a que respeitam, na rubrica de comissões — proveitos (nota n.º 59).

*o) Comissões de angariação e subvenções.* — As comissões pagas pela BBVA — Instituição Financeira de Crédito, S. A., a fornecedores pela angariação de operações de crédito e as subvenções recebidas de fornecedores no início das operações de crédito são registadas em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, e

reconhecidas como custo ou proveito ao longo das operações de crédito subjacentes, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros.

As comissões associadas a créditos em situação de incumprimento ou liquidados antecipadamente, são reconhecidas como custo no momento em que se verifica uma destas situações.

6 — Empresas subsidiárias, partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação e outras participações financeiras:

Empresas subsidiárias:

São consideradas empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão.

Os principais dados sobre a actividade das empresas subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado, podem ser resumidos como segue:

Empresa	Actividade	Sede	Participação efectiva (percentagem)	Método de consolidação
BBVA Leasimo — Soc. de Locação Financeira, S. A. (BBVA Leasimo) .....	Locação financeira	Lisboa	100,0	Integral
BBVA Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (BBVA Fundos) .....	Gestão de fundos de pensões	Lisboa	100,0	Equity
BBVA Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S. A. (BBVA Gest) .....	Gestão de fundos de investimento	Lisboa	100,0	Integral
BBVA IFC — Instituição Financeira de Crédito, S. A. (BBVA IFC) .....	Instituição financeira de crédito	Lisboa	50,1	Integral
Kantara, Ltd. (Kantara) .....	Imobiliária	Guernsey	100,0	Integral

Em 31 de Dezembro de 2004, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras individuais destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Activo líquido	Situação líquida	Result. líquido
BBVA Leasimo — Sociedade de Locação Financeira, S. A. ....	98 355	9 645	845
BBVA Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. ....	2 539	2 419	841
BBVA Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S. A. ....	3 720	3 258	1 307
BBVA IFC — Instituição Financeira de Crédito, S. A. ....	198 237	16 801	664
Kantara, Ltd. ....	2 857	2 802	749

Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação:

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo desta rubrica corresponde integralmente à participação no capital social da BBVA Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., o qual é integralmente detido pelo Banco.

Outras participações financeiras:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Empresa	Participação efectiva (percentagem)	Custo de aquisição	Provisões (nota n.º 24)	Valor de balanço
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A. ....	5,199	3 318	—	3 318
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A. ....	0,485	244	(10)	234
Finangeste — Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S. A. ....	0,091	600	(499)	101
		4 162	(509)	3 653

O BBVA Portugal recebeu durante o mês de Outubro de 2004 o montante de 56 milhares de euros resultante da liquidação da Somet — Projectos de Desenvolvimento, S. A. Na sequência desta operação foi utilizada a provisão existente, no montante de 221 milhares de euros (nota n.º 24) e registada uma menos-valia adicional de 12 milhares de euros (nota n.º 39).

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2004, o montante das obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no prazo de um ano é de 78 016 milhares de euros.

## 9 — Créditos sobre empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2004, os principais créditos sobre empresas do Grupo e respectivos proveitos gerados durante o exercício eram os seguintes:

	Disponi- bilidades à vista sobre instituições de crédito	Outros créditos sobre instituições de crédito	Crédito concedido	Obrigações e outros títulos de rendi- mento fixo	Juros e proveitos equiparados
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A. ....	3 671	84 559	—	—	1 646
Automercantil — Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, L.ª	—	—	41 766	—	—
BBVA Global Finance, Ltd. ....	—	—	—	1 694	67
BBVA Privanza Bank (Jersey), Ltd. ....	9	—	—	—	—

## 10 — Aplicação em títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

De emissores públicos nacionais:	
Títulos da dívida pública .....	15 649
De emissores públicos estrangeiros .....	500
Provisões acumuladas .....	—
	<u>16 149</u>

De outros emissores:

Obrigações de taxa variável:

Residentes .....	1 030
Organismos financeiros internacionais .....	1 247
Outros não residentes .....	4 823
Papel comercial .....	60 888
	<u>67 988</u>
Provisões acumuladas .....	(26)
	<u>67 962</u>

Acções e outros títulos de rendimento variável:

Acções .....	5 942
Unidades de participação .....	1 538
	<u>7 480</u>
Provisões acumuladas .....	—
	<u>7 480</u>

A rubrica unidades de participação corresponde a unidades de participação do Fundo de Investimento de Capital Garantido Aberto Fundo de Capital Garantido IBEX BBVA II, gerido pela BBVA Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2004, a totalidade dos títulos de rendimento fixo encontra-se registada na carteira de investimento.

Em 31 de Dezembro de 2004 a divisão entre acções cotadas e não cotadas era a seguinte:

	Títulos de negoc.	Títulos de invest.	Total
Cotadas .....	5 854	—	5 854
Não cotadas .....	—	88	88
	<u>5 854</u>	<u>88</u>	<u>5 942</u>
Provisões .....	—	—	—
	<u>5 854</u>	<u>88</u>	<u>5 942</u>

Em 31 de Dezembro de 2004 a diferença entre o custo de aquisição dos títulos de investimento e o respectivo valor de mercado (relativamente aos que são cotados em bolsa de valores), pode ser resumida como segue:

Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

De emissores públicos:

Valor contabilístico .....	16 149
Provisões acumuladas .....	—
Valor de balanço .....	<u>16 149</u>
Mais-valias potenciais .....	35
Valor de mercado .....	<u>16 184</u>

De outros emissores:

Valor contabilístico .....	67 988
Provisões acumuladas .....	(26)
Valor de balanço .....	<u>67 962</u>
Mais-valias potenciais .....	34
Valor de mercado .....	<u>67 996</u>

O movimento nas provisões para menos-valias em títulos durante o exercício de 2004 é apresentado na nota n.º 24.

## 11 — Imobilizado incorpóreo e corpóreo:

O movimento no imobilizado durante o exercício de 2004 foi:

Descrição	31 de Dezembro de 2003		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						
<b>Imobilizado incorpóreo:</b>								
Trespases .....	1 374	(1 291)	—	—	(58)	107	—	132
Custos plurianuais .....	9 678	(9 611)	32	76	(83)	—	—	92
Software .....	42 923	(34 547)	493	5 926	(4 643)	—	—	9 957
Outras imobiliz. incorpóreas .....	4 635	(4 635)	—	—	—	—	—	—
Imobilizado em curso .....	2 104	—	6 259	(6 002)	—	(44)	—	2 317
	<u>60 714</u>	<u>(50 084)</u>	<u>6 789</u>	<u>—</u>	<u>(4 984)</u>	<u>63</u>	<u>—</u>	<u>12 498</u>
<b>Imobilizado corpóreo:</b>								
<b>Imóveis:</b>								
De serviço próprio .....	79 571	(16 887)	462	49	(1 244)	(99)	(3 635)	58 217
Despesas em edif. arrendados .....	10 224	(8 402)	175	—	(432)	247	(111)	1 701

Descrição	31 de Dezembro de 2003		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						
Imobilizado em curso:								
De serviço próprio .....	108	—	94	(49)	—	(60)	—	93
	<u>89 903</u>	<u>(25 289)</u>	<u>731</u>	<u>—</u>	<u>(1 676)</u>	<u>88</u>	<u>(3 746)</u>	<u>60 011</u>
Equipamento:								
Mobiliário e material .....	8 136	(6 888)	58	—	(364)	—	(51)	891
Máquinas e ferramentas .....	5 185	(4 666)	97	—	(304)	—	—	312
Equipamento informático .....	16 802	(14 760)	1 023	—	(901)	—	—	2 164
Instalações interiores .....	11 880	(9 958)	807	—	(418)	—	(99)	2 212
Material de transporte .....	2 960	(1 327)	747	—	(645)	—	(310)	1 425
Equipamento de segurança .....	3 422	(3 129)	242	—	(127)	—	(2)	406
	<u>48 385</u>	<u>(40 728)</u>	<u>2 974</u>	<u>—</u>	<u>(2 759)</u>	<u>—</u>	<u>(462)</u>	<u>7 410</u>
Outras imobilizações:								
Património artístico .....	76	—	1	—	—	—	—	77
<i>Total do imob. corpóreo ....</i>	<u>138 364</u>	<u>(66 017)</u>	<u>3 706</u>	<u>—</u>	<u>(4 435)</u>	<u>68</u>	<u>(4 208)</u>	<u>67 498</u>
	<u>199 078</u>	<u>(116 101)</u>	<u>10 495</u>	<u>—</u>	<u>(9 419)</u>	<u>151</u>	<u>(4 206)</u>	<u>79 996</u>

A rubrica de imobilizado em curso corresponde a despesas com a aquisição e implementação de *software* que ainda não se encontra a ser utilizado pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de imóveis de serviço próprio inclui imóveis não afectos à actividade do Banco no montante de 5005 milhares de euros, aos quais estão associadas provisões no montante de 1960 milhares de euros (nota n.º 24). Estes imóveis são reconhecidos contabilisticamente ao custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, sendo registadas provisões sempre que o valor de avaliação seja inferior ao respectivo valor líquido contabilístico.

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes:

Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Aplicações em outras instit. monetárias no país:

Empréstimos a curto prazo .....	30 006
Empréstimos a médio e longo prazos .....	2 166

Aplicações em outras instit. de crédito no país:

Empréstimos a curto prazo .....	114 200
Empréstimos a médio e longo prazos .....	27 496

Aplicações em instit. de crédito no estrangeiro:

Sede e sucursais da própria instituição:

Depósitos a prazo .....	83 931
-------------------------	--------

Outras instituições de crédito:

Depósitos a prazo .....	30 995
Empréstimos a curto prazo .....	382
Empréstimos a médio e longo prazos .....	193
	<u>289 369</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, os prazos residuais dos outros créditos sobre instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

Até três meses .....	253 024
De três meses a um ano .....	15 918
De um ano a cinco anos .....	20 427
	<u>289 369</u>

Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Crédito interno:

Descontos comerciais .....	65 075
Créditos em conta corrente .....	789 986
Descobertos em depósitos à ordem .....	4 084
Créditos tomados em operações de <i>factoring</i> .....	53 568
Cartões de crédito .....	7 377
Outros créditos .....	1 213
Empréstimos a médio e a longo prazos .....	1 729 617
Operações de locação financeira .....	207 010

	<u>2 857 930</u>
Crédito ao exterior .....	286 324

	<u>3 144 254</u>
Crédito e juros vencidos .....	28 483

	<u>3 172 737</u>
--	------------------

Provisões (nota n.º 24):

Para crédito e juros vencidos .....	(17 292)
Para créditos de cobrança duvidosa .....	(4 617)
Para risco país .....	(38)

	<u>(21 947)</u>
--	-----------------

	<u>3 150 790</u>
--	------------------

O movimento ocorrido durante o exercício de 2004 nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país é apresentado na nota n.º 24.

Adicionalmente, para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, o Banco e as suas subsidiárias dispõem de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 21 389 milhares de euros, registada na rubrica de provisões para riscos e encargos, do passivo (nota n.º 24).

Em 31 de Dezembro de 2004, o crédito sobre clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 527 000 milhares de euros e 198 000 milhares de euros, respectivamente.

Estes montantes não são considerados para efeitos do apuramento do *ratio* de solvabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2004, o prazo residual dos créditos sobre clientes, excluindo o crédito vencido, apresentava a seguinte estrutura:

Até três meses .....	1 159 950
De três meses a um ano .....	271 906
De um ano a cinco anos .....	515 374
Mais de cinco anos .....	1 197 024
	<u>3 144 254</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a composição da carteira de créditos sobre clientes por sectores de actividade, é a seguinte:

Agricultura .....	243 490
Alimentos, bebidas e tabaco .....	8 744
Comércio .....	1 440 208
Construção .....	21 555
Engenharia .....	93 603
Madeira e cortiça .....	12 634
Serviços .....	24 549
Têxtil .....	18 336
Transportes e comunicações .....	8 806
Particulares:	
Habitação .....	962 848
Consumo .....	219 061
Outros .....	118 903
	<u>3 172 737</u>

#### 15 — Reavaliações de imobilizações corpóreas:

Em 31 de Dezembro de 2004 o efeito das reavaliações do imobilizado corpóreo, efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Valor bruto	Amorti- zações acumul.	Reserva de rea- valiação
Imóveis .....	3 945	(637)	3 308
Equipamento .....	1 709	(699)	1 010
	<u>5 654</u>	<u>(1 336)</u>	<u>4 318</u>
Reserva de reavaliação de imobi- lizações financeiras .....			633
			<u>4 951</u>

#### 18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes:

Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

À vista:

Depósitos à ordem:

De instit. de crédito no estrangeiro .....	5 171
De instit. de crédito no país .....	3 851
	<u>9 022</u>

A prazo ou com pré-aviso:

Recursos a muito curto prazo:

De instituições de crédito no país .....	22 025
--	--------

Depósitos a prazo e outros recursos:

De instit. de crédito no estrangeiro .....	1 765 976
	<u>1 788 001</u>
	<u>1 797 023</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de débitos para com instituições de crédito, apresentava a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

Até três meses .....	848 696
De três meses a um ano .....	184 911
De um ano a cinco anos .....	763 416
	<u>1 797 023</u>

Débitos para com clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Depósitos de poupança:

Reformados .....	8 031
Habitação .....	28 452
Condomínio .....	502
	<u>36 985</u>

Outros débitos à vista:

Sector público administrativo .....	24 061
Outros residentes .....	761 947
Emigrantes .....	2 878
Outros não residentes .....	40 910
	<u>829 796</u>

Outros débitos a prazo:

Sector público administrativo .....	76 621
Outros residentes .....	700 574
Emigrantes .....	19 110
Outros não residentes .....	64 622
Outros .....	5 239
	<u>866 166</u>
	<u>1 732 947</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de débitos para com clientes apresentava a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

Até três meses .....	1 397 714
De três meses a um ano .....	307 243
De um ano a cinco anos .....	27 990
	<u>1 732 947</u>

#### 21 — Débitos para com empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2004 os principais débitos para com empresas do grupo e os respectivos juros gerados no exercício eram os seguintes:

	Débitos para com instit. de crédito	Passivos subor- dinados	Juros e custos equipar.
Banco Bilbao Vizcaya Argent., S. A.	1 613 075	69 000	32 317
Finanzia Banco de Crédito, S. A.	150 000	—	1 158
BBVA Privanza Bank (Jersey), Ltd.	1 400	—	55
BBVA Fundos — Soc. Gestora de Fundos de Pensões, S. A. ....	2 350	—	51

#### 22 — Passivos subordinados:

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo desta rubrica corresponde a um empréstimo subordinado no montante de 69 000 milhares de euros, concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A., através do contrato de mútuo directo subordinado celebrado em 30 de Março de 2001. Este empréstimo tem vencimento em 30 de Março de 2011 e vence juros à taxa Euribor a três meses (anterior à data de início de cada período de contagem de juros) acrescida de 0,6 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Abril de 2001, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados

para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos n.ºs 6 e 7 do aviso n.º 12/92, de 29 de Dezembro.

## 23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

## Passivos eventuais:

Garantias e avales prestados .....	501 986
Aceites e endossos .....	2 813
Créditos documentários abertos .....	5 270
Outros passivos eventuais .....	17
	<u>510 086</u>

## Compromissos:

Contratos a prazo de depósitos .....	205 947
Por linhas de crédito:	
Compromissos irrevogáveis .....	279 824
Compromissos revogáveis .....	1 455 292
Por subscrição de títulos .....	99 461
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência ainda não reconhecidas (nota 49) .....	3 395
Sistema de indemnização aos investidores .....	728
	<u>2 044 647</u>

## Responsabilidades por prestação de serviços:

Depósito e guarda de valores .....	3 576 870
Valores recebidos para cobrança .....	43 049
Valores administrados pela instituição .....	101 173
Outras .....	50 139
	<u>3 771 231</u>

O saldo da rubrica de sistema de indemnização aos investidores, corresponde ao montante do compromisso irrevogável assumido pelo Banco, nos termos da legislação aplicável, de entregar àquele sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Para além dos passivos eventuais e dos compromissos, em 31 de Dezembro de 2004 existiam ainda os seguintes saldos relativos a outras contas extrapatrimoniais:

Operações cambiais à vista (*spot*):

Compras .....	1 232
Vendas .....	1 228

Operações cambiais a prazo (*forward*):

Compras .....	4 548
Vendas .....	4 437

Operações de *swap* de taxa de juro .....

Operações de <i>swap</i> de taxa de juro .....	692 620
Operações de <i>swap</i> de moeda e taxa de juro ( <i>cross currency interest rate swaps</i> ):	
Compras .....	354 990
Vendas .....	354 990

Operações de *swap* de cotações — *equity swaps* .....

Operações de <i>swap</i> de cotações — <i>equity swaps</i> .....	47 953
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros de taxa de juro):	
Compras .....	13 045
Vendas .....	13 045

Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros de cotações):

Vendas .....	6 930
Compras .....	687

Opções sobre taxas de juro:

Compras .....	20 669
Vendas .....	20 978

Opções sobre cotações:

Compradas .....	56 743
Vendidas .....	53 400

No decurso da sua actividade o Banco utiliza instrumentos financeiros para atender às necessidades de financiamento dos seus clientes e para reduzir a sua exposição ao risco.

Estes instrumentos envolvem, em diferentes medidas, risco de crédito.

A exposição do Banco em termos de risco de crédito, no que se refere às garantias prestadas e aos compromissos irrevogáveis, consiste no montante contratado destes instrumentos. Quanto às operações cambiais a prazo, *swaps* de moeda e taxa de juro e outros instrumentos similares, o montante contratado ou notional não representa a exposição ao risco de crédito, sendo apenas um indicador do volume das operações.

Em 31 de Dezembro de 2004, a actividade desenvolvida pelo BBVA Portugal em operações de derivados traduz-se nos seguintes valores:

	Valor contabilístico		
	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxas de câmbio:			
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):			
Cambiais à vista — Compras .....	1 232	—	1 232
Cambiais à vista — Vendas .....	1 228	—	1 228
Cambiais a prazo ( <i>outright forwards</i> ) .....	4 548	—	4 548
Compras Cambiais a prazo ( <i>outright forwards</i> ) — Vendas .....	4 437	—	4 437
	<u>11 445</u>	<u>—</u>	<u>11 445</u>
Contratos sobre taxas de juro:			
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):			
<i>Swaps</i> ( <i>interest rate swaps</i> ) .....	692 620	—	692 620
Transaccionados em mercados organizados:			
Futuros — Compras .....	13 045	—	13 045
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):			
<i>Forwards</i> — Vendas .....	13 045	—	13 045

	Valor contabilístico		
	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:			
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):			
<i>Cross currency swaps</i> — compras .....	354 990	—	354 990
<i>Cross currency swaps</i> — vendas .....	354 990	—	354 990
Opções compradas .....	20 669	—	20 669
Opções vendidas .....	20 978	—	20 978
	<u>751 627</u>	<u>—</u>	<u>751 627</u>
Contratos sobre cotações:			
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):			
<i>Swaps</i> sobre cotações ( <i>equity swaps</i> ) .....	47 868	85	47 953
Opções compradas .....	56 743	—	56 743
Opções vendidas .....	53 400	—	53 400
	<u>158 011</u>	<u>85</u>	<u>158 096</u>
Transaccionados em mercados organizados:			
Futuros — Vendas .....	6 243	—	6 243
Transaccionados em mercado de balcão (OTC) .....			
<i>Forwards</i> — Compras .....	687	—	687
<i>Forwards</i> — Vendas .....	687	—	687
	<u>7 617</u>	<u>—</u>	<u>7 617</u>
	<u>1 647 410</u>	<u>85</u>	<u>1 647 495</u>

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor, conforme descrito na nota n.º 3.3, alínea b). Os ganhos e perdas nos derivados de cobertura são compensados por resultados de sinal inverso em operações de balanço.

#### 24 — Movimento nas provisões:

O movimento nas provisões durante o exercício de 2004 foi o seguinte:

	Saldos em 31 de Dezembro de 2003	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transfe-rências	Saldos em 31 de Dezembro de 2004
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 14) .....	7 538	1 093	(8 851)	—	4 837	4 617
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14) .....	30 074	40 071	(28 563)	(19 893)	(4 397)	17 292
Risco-país (nota n.º 14) .....	1 106	107	(1 175)	—	—	38
Menos-valias em títulos (nota n.º 10) .....	86	18	(78)	—	—	26
Outras aplicações (nota n.º 31) .....	1 263	208	(223)	—	—	1 248
	<u>40 067</u>	<u>41 497</u>	<u>(38 890)</u>	<u>(19 893)</u>	<u>440</u>	<u>23 221</u>
Provisões para riscos e encargos:						
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14) .....	22 301	3 716	(3 858)	—	(770)	21 389
Outros riscos e encargos .....	4 895	1 859	(1 039)	(254)	330	5 791
	<u>27 196</u>	<u>5 575</u>	<u>(4 897)</u>	<u>(254)</u>	<u>(440)</u>	<u>27 180</u>
Riscos bancários gerais .....	65	—	—	—	—	65
	<u>67 328</u>	<u>47 072</u>	<u>(43 787)</u>	<u>(20 147)</u>	<u>—</u>	<u>50 466</u>
Imobilizações financeiras (nota n.º 6) .....	715	16	(1)	(221)	—	509
	<u>68 043</u>	<u>47 088</u>	<u>(43 788)</u>	<u>(20 368)</u>	<u>—</u>	<u>50 975</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a provisão para outros riscos e encargos apresenta a seguinte composição:

Provisão para devedores diversos (nota n.º 31) .....	2 827
Provisão para imóveis não afectos à activ. (nota n.º 11) .....	1 960
Provisões para contingências diversas .....	674
Provisão para garantias prestadas .....	330
	<u>5 791</u>

26 — Títulos de negociação, de investimento e a vencimento e imobilizações financeiras:

Os critérios de classificação destes activos encontram-se explicados nas notas n.º 3.3, alíneas e) e f).

27 — Contas de regularização:

Activo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Proveitos a receber:

De disponibilidades .....	42
De aplicações .....	5 127
De outros proveitos a receber — comissões .....	3 546
De operações extrapatrimoniais:	
<i>Cross currency swaps</i> .....	4 062
<i>Interest rate swaps</i> .....	2 609

Despesas com custo diferido:

Reformas antecipadas (nota n.º 49) .....	21 577
Perdas actuariais por alteração de pressup. (nota n.º 49) .....	11 400
Perdas actuariais acima dos limites do corredor (nota n.º 49) .....	15 669
De operações extrapatrimon. — Opções compradas .....	290
De fornecimentos e serviços .....	291
Comissões de angariação .....	4 340
Campanha de incentivo FIM Extra 5 .....	2 098

Flutuação de valores:

Perdas actuariais e financeiras (nota n.º 49) .....	18 772
---	--------

Proveitos e custos em suspenso [nota 3.3, alínea b)]:

Reavaliação da posição cambial a prazo .....	115
<i>Forwards</i> sobre taxas de juro .....	33

Valores cobrados .....	17
Operações activas a regularizar .....	1 446
	<u>91 434</u>

A rubrica de outros proveitos a receber — comissões, inclui 1042 milhares de euros relativos a valores a receber da BBVA Broker, Corredoria de Seguros Y Reaseguros, pela colocação de seguros através da rede comercial do BBVA Portugal.

A rubrica de campanha de incentivo FIM Extra 5 corresponde ao valor ainda não amortizado do custo da campanha de incentivo à subscrição do Fundo de Investimento Mobiliário de Capital Garantido Aberto Fundo Garantido Extra 5 BBVA, gerido pela BBVA Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., o qual está a ser diferido ao longo de um período de seis anos contados a partir do final do período de subscrição (nota n.º 39).

A rubrica de comissões de angariação corresponde às comissões pagas pela BBVA IFC a fornecedores, essencialmente concessionários, pela angariação de operações de crédito. Estas comissões são reconhecidas como custo ao longo da operação de crédito subjacente, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros.

Passivo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Custos a pagar:

Juros .....	7 180
Provisão para férias e subsídio de férias .....	4 211
Remunerações variáveis .....	1 966
Prémio de antiguidade .....	2 177
De fornecimentos e serviços .....	1 087
<i>Rappel</i> a pagar a concessionários .....	399
Outros custos a pagar .....	898
De operações extrapatrimoniais:	
<i>Cross currency swaps</i> .....	4 062
<i>Interest rate swaps</i> .....	903

Receitas com proveito diferido:

Ganhos actuariais por alteração de pressupostos (nota n.º 49) .....	896
Subvenções .....	654
Outras .....	619
Mais-valias em bens de locação financeira .....	693
De operações extrapatrimoniais:	
Prémios de opções .....	71
Garantias prestadas .....	303
Operações passivas a regularizar .....	<u>3 623</u>
	<u>29 742</u>

A rubrica de prémio de antiguidade corresponde ao montante estimado dos encargos com o pagamento dos prémios de antiguidade previstos na cláusula 150.º do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector bancário. Este montante é determinado pela BBVA Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

A rubrica de subvenções corresponde a participações recebidas de fornecedores pela BBVA IFC, no âmbito da participação desta sociedade no financiamento de novas operações. Estas comissões são reconhecidas como proveito ao longo da operação de crédito subjacente, de forma proporcional ao reconhecimento dos respectivos juros.

A rubrica mais-valias em bens de locação financeira corresponde às diferenças positivas entre o valor dos contratos de locação financeira efectuados sobre bens recuperados e o valor de balanço dos respectivos bens na data da realização do novo contrato. Estes montantes são reconhecidos em resultados ao longo da vida dos novos contratos de locação.

28 — Imputação a resultados e valor de mercado:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso — 6;

Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso — 10.

b) A diferença entre o valor pelo qual estão contabilizados os títulos de investimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação fosse efectuada com base em valores de mercado (ou presumível de mercado no caso de títulos não cotados), encontra-se detalhada na nota n.º 10.

29 — Capital e prémios de emissão:

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital do Banco estava representado por 125 000 000 de acções, com o valor nominal de um euro cada, estando totalmente subscrito e realizado. Nesta data os accionistas do Banco eram os seguintes:

	Número de acções	Porcentagem
Canal Holding International, S. A., com sede no Luxemburgo .....	113 100 000	90,48
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A. ....	11 900 000	9,52
	<u>125 000 000</u>	<u>100,00</u>

Durante o exercício de 2000, o Banco realizou um aumento do capital social no montante de 55 168 milhares de euros com um prémio de emissão de 7008 milhares de euros.

Nos termos da portaria n.º 408/99, de 4 de Junho, publicada no *Diário da República*, 1.ª Série-B, 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

31 — Outros activos e outros passivos:

Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Aplicações por recuperação de créditos:

Imóveis .....	4 274
Outras .....	1 287

Devedores diversos .....	6 755
Devedores por operações sobre futuros e opções .....	1 278
IVA — Reporte de crédito de imposto .....	6 206
IRC a recuperar .....	87
Metais preciosos, numismática e medalhística .....	21
Outras disponibilidades sobre residentes .....	19
	<u>19 927</u>

Provisão para aplicações por recuperação de créditos (nota n.º 24):

Imóveis .....	(144)
Outras .....	(1 104)
	<u>(1 248)</u>
	<u>18 679</u>

A rubrica de devedores diversos inclui dívidas de cobrança duvidosa no montante de 2990 milhares de euros, para as quais o Banco dispõe de provisões registadas na rubrica de provisões para riscos e encargos no montante de 2827 milhares de euros (nota n.º 24).

Esta rubrica inclui ainda um saldo de 1456 milhares de euros, originado pela cessão a uma instituição financeira portuguesa dos créditos do BBVA Portugal sobre uma entidade em processo especial de recuperação de empresas. Este montante não vence juros e será pago ao BBVA Portugal em Agosto de 2006.

Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento (IRC) a pagar .....	159
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar .....	133
Retenção de impostos na fonte .....	2 685
Contribuições para a segurança social .....	272
Fornecedores .....	6 996
Credores diversos .....	12 826
Cobranças por conta de terceiros .....	26

Contribuições para os S.A.M.S .....	141
Contribuições para a segurança social .....	27
Outras .....	15
	<u>23 280</u>

A rubrica credores diversos inclui 9146 milhares de euros relativos à contribuição para o Fundo de Pensões do exercício de 2004 (nota n.º 49), a qual foi liquidada pelo BBVA Portugal no início de 2005.

33 — Operações a prazo ainda não vencidas à data do balanço:

Esta informação encontra-se incluída na nota n.º 23.

34 — Efectivos:

O número médio de colaboradores do Grupo em 2004 apresenta a seguinte composição:

Quadros directivos .....	99
Chefias e gerência .....	130
Quadros técnicos .....	409
Administrativos .....	206
Outros .....	3
	<u>847</u>

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

No exercício de 2004, as remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos de administração e fiscalização ascenderam a 157 milhares de euros.

38 — Distribuição dos resultados por mercados geográficos e linhas de negócio:

No exercício de 2004, os proveitos do Banco foram integralmente gerados em Portugal. A decomposição por linha de negócio das principais rubricas da demonstração de resultados e do balanço foi a seguinte:

	<i>Corporate finance</i>	<i>Trading and sales</i>	Banca de retalho	Banca comercial	Gestão de activos	Crédito especializ.	Outros	Total
Juros e proveitos equiparados .....	—	11 457	38 236	57 602	126	16 938	6 840	131 199
Juros e custos equiparados .....	—	11 000	10 098	39 050	—	5 018	8 720	73 886
Comissões (proveito) .....	741	4 594	16 905	6 397	4 011	11	(277)	32 382
Comissões (custo) .....	3	286	268	—	261	203	2 965	3 986
Rendimento de títulos .....	—	1 680	—	—	—	—	—	1 680
Lucros em operações financeiras .....	—	29 688	269	—	—	5	1 896	31 858
Prejuízos em operações financeiras .....	—	27 665	270	—	—	1	1 664	29 600
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créds. e provisões para passivos eventuais tuais e para compromissos .....	—	—	2 746	2 176	—	29 923	8 943	43 788
Provisões para crédito de cobrança duvidosa crédito vencido e para outros riscos .....	—	—	4 945	4 043	—	32 910	5 174	47 072
Outros proveitos de exploração .....	2	4	5 914	2 394	7	4 335	2 397	15 053
Resultado líquido do exercício .....	(372)	3 093	(1 075)	9 746	2 148	1 509	(5 239)	9 810
Crédito sobre clientes .....	—	—	1 141 917	1 726 829	—	282 044	—	3 150 790
Débitos para com clientes .....	—	—	756 406	976 541	—	—	—	1 732 947
Activo líquido total .....	—	289 369	1 328 875	1 959 091	6 260	298 366	—	3 881 961

39 — Outros proveitos e custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros custos de exploração:

Quotizações e donativos .....	88
Menos-valias em bens de locação .....	297
Despesas confidenciais .....	52
Perdas operacionais na rede de agências .....	119
Campanha de incentivo FIM Extra 5 .....	473
Outros .....	50
	<u>1 079</u>

A rubrica da campanha de incentivo FIM Extra 5 corresponde ao custo reconhecido durante o exercício de 2004, relativo à campanha de incentivo à subscrição do Fundo de Investimento Mobiliário de Capital Garantido Aberto Fundo Garantido Extra 5 BBVA, gerido pela BBVA Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., o qual está a ser diferido ao longo de um período de seis anos contados a partir do final do período de subscrição (nota n.º 27).

Outros proveitos de exploração:

Recuperação de créditos incobráveis .....	3 640
Mais-valias em bens de locação .....	988
Prestação de serviços diversos .....	2 898
Proveitos na formalização de contratos .....	129

Reembolso de despesas .....	4 773
Rendimento de imóveis .....	99
Outros .....	2 526
	<u>15 053</u>

## Perdas extraordinárias:

## Encargos com pensões (nota n.º 49):

Amortização de encargos com reformas antecipadas	3 530
Amortização de perdas actuariais acima do corredor	1 625
Amortização de perdas actuariais por alteração de pressupostos .....	1 409
Amortização de responsabil. ainda não reconhecidas	299
	<u>6 863</u>

## Outros:

Menos-valias na realização de valores imobilizados	714
Outras-perdas em valores imobilizados .....	257
Abate de obras em edifícios arrendados .....	250
Insuficiência na estimativa de remun. variáveis .....	339
Menos-valias na venda de participações (nota n.º 6)	12
Outros .....	2 440
	<u>10 875</u>

## Ganhos extraordinários:

Amortização de ganhos actuariais (nota n.º 49) .....	112
Mais-valias na realização de valores imobilizados .....	1 006
Notas de crédito e regularizações diversas .....	147
Anulação de facturas em aberto .....	171
Comissões de exercícios anteriores .....	90
Anulação de cheques emitidos .....	169
Regularização do <i>pró rata</i> do IVA .....	60
Outros .....	496
	<u>2 251</u>

## 40 — Encargos imputados e pagos no período relativos a passivos subordinados:

Os encargos relativos a passivos subordinados imputados e pagos durante o exercício de 2004 ascenderam a 1895 milhares de euros e 1884 milhares de euros, respectivamente.

## 41 — Impostos:

O Banco e as suas subsidiárias estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente Derrama, o que corresponde a uma taxa agregada de 27,5%.

Nos termos do artigo 81.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas o Banco e as suas subsidiárias encontram-se sujeitos adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações de impostos estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, ou pelo período de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis. Deste modo, as declarações do Banco e das suas subsidiárias de 2001 a 2004 podem ainda vir a ser sujeitas a revisão. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do conselho de administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

O imposto imputado relativamente ao exercício de 2004 tem origem essencialmente nos lucros fiscais gerados pela BBVA Gest e BBVA Leasimo. O imposto imputado ao Banco resulta exclusivamente da tributação autónoma, face à existência de prejuízos fiscais reportáveis originados em exercícios anteriores. Para a redução da carga fiscal do Banco face à taxa normal contribui, igualmente, a actividade isenta desenvolvida através da sucursal financeira exterior na Região Autónoma da Madeira, benefícios fiscais decorrentes de dividendos recebidos de empresas subsidiárias e empresas participadas, e os pagamentos de pensões relativas a reformas antecipadas efectuadas em anos anteriores.

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do período adicionando aquela dotação, foi a seguinte:

Dotação para impostos sobre lucros .....	1 011
Lucro do período adicionado da dotação para impostos sobre lucros e interesses minoritários .....	11 152
Carga fiscal (percentagem) .....	9,07

## 45 — Operações de locação financeira:

O montante das operações de locação financeira realizadas na óptica do locador encontra-se apresentado na nota n.º 14. O Banco e as suas subsidiárias não realizaram operações de locação financeira na óptica do locatário.

## 49 — Responsabilidades com pensões:

As responsabilidades do BBVA Portugal da BBVA Gest e da BBVA Fundos com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e por invalidez encontram-se cobertas por Fundos de Pensões. A gestão destes Fundos, bem como a elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são da responsabilidade da BBVA Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, assim como as respectivas coberturas, apresentam o seguinte detalhe:

	2004	2003
Responsabilidades por serviços passados:		
Empregados no activo .....	44 534	37 416
Reformados e pensionistas .....	143 186	142 175
	<u>187 720</u>	<u>179 591</u>
Cobertura das responsabilidades:		
Valor patrimonial dos fundos .....	167 391	152 907
Contratos de rendas vitalícias .....	7 788	8 357
Contribuições a entregar (nota n.º 31)	9 146	14 633
	<u>184 325</u>	<u>175 897</u>
Valor não financiado .....	(3 395)	(3 694)

A cobertura das responsabilidades do Banco é efectuada através da parcela do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) detida pelo Banco, do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as responsabilidades ainda não reconhecidas na demonstração de resultados apresentavam a seguinte composição:

	2004	2003
Custos diferidos (nota n.º 27):		
Reformas antecipadas .....	21 577	23 128
Perdas actuariais por alteração de pressupostos .....	11 400	12 808
Perdas actuariais acima dos limites do corredor .....	15 669	14 616
	<u>48 646</u>	<u>50 552</u>
Flutuação de valores (nota n.º 27) .....	18 772	17 628
Proveitos diferidos:		
Ganhos actuariais por alteração de pressupostos (nota n.º 27) .....	(896)	(1 008)
	<u>66 522</u>	<u>67 172</u>
Responsab. não financiadas (nota n.º 23)	3 395	3 694
<i>Total de responsab. ainda não reconhecidas .....</i>	<u>69 917</u>	<u>70 866</u>

Os montantes registados na demonstração de resultados durante os exercícios de 2004 e 2003 apresentam a seguinte composição:

	2004	2003
Custos com pessoal (nota n.º 56):		
Custo normal do período .....	3 046	2 912
Perdas extraordinárias (nota n.º 39):		
Amortização de reformas antecipadas	3 530	2 921
Amortização de perdas actuariais por alteração de pressupostos .....	1 409	1 184
Amortização de perdas actuariais acima dos limites do corredor .....	1 625	1 625
Amortização de responsabilidades não financiadas .....	299	273
	<u>6 863</u>	<u>6 003</u>
Ganhos extraordinários (nota n.º 39):		
Amortização de ganhos actuariais por alteração de pressupostos .....	(112)	(112)
	<u>9 797</u>	<u>8 803</u>

De acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. No exercício de 2004, os custos com pensões registados na rubrica de custos com pessoal têm a seguinte composição:

Custo dos serviços correntes .....	2 830
Custo dos juros .....	10 458
Rendimento esperado .....	(10 242)
Custo do exercício (nota n.º 56) .....	<u>3 046</u>

A movimentação ocorrida nos valores registados em custos diferidos durante o exercício de 2004 foi a seguinte:

Custos diferidos — Reformas antecipadas:

Ano	Valor inicial	Saldo em 31 de Dezembro de 2003	Amortiz. em 2004	Saldo em 31 de Dezembro de 2004
1999 .....	8 409	4 183	(837)	3 346
2000 .....	11 024	6 115	(1 223)	4 892
2001 .....	5 101	3 571	(510)	3 061
2002 .....	3 393	3 054	(339)	2 715
2003 .....	6 205	6 205	(621)	5 584
2004 .....	1 979	—	—	1 979
	<u>36 111</u>	<u>23 128</u>	<u>(3 530)</u>	<u>21 577</u>

Custos diferidos — Perdas actuariais por alteração de pressupostos:

Ano	Valor inicial	Saldo em 31 de Dezembro de 2003	Amortiz. em 2004	Saldo em 31 de Dezembro de 2004
2001 .....	909	727	(91)	636
2002 .....	10 925	9 833	(1 093)	8 741
2003 .....	2 248	2 248	(225)	2 023
	<u>14 082</u>	<u>12 808</u>	<u>(1 409)</u>	<u>11 400</u>

Os acréscimos de responsabilidades por alteração de pressupostos registados em 2002 resultaram de o BBVA Portugal ter passado a incluir no cálculo das responsabilidades com pensões, os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) relativos às pensões em pagamento e ter efectuado a supressão da tabela de *turnover* para os empregados admitidos antes de 1994.

Os acréscimos de responsabilidades por alteração de pressupostos registados em 2003 resultaram de o BBVA Portugal ter passado a incluir no cálculo das responsabilidades com pensões, os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) relativos aos serviços passados dos trabalhadores no activo.

Custos diferidos — Perdas actuariais acima dos limites do corredor:

Ano	Valor inicial	Saldo em 31 de Dezembro de 2003	Amortiz. em 2004	Saldo em 31 de Dezembro de 2004
2001 .....	97	78	(10)	68
2002 .....	16 153	14 538	(1 615)	12 923
2003 .....	2 678	—	—	2 678
	<u>18 928</u>	<u>14 616</u>	<u>(1 625)</u>	<u>15 669</u>

O reconhecimento do valor actual em 31 de Dezembro de 1994 das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo não financiadas até essa data, cuja data presumível de reforma tenha ocorrido, ou venha a ocorrer, depois de 31 de Dezembro de 1997, está a ser efectuado ao longo de um período de 20 anos, de acordo com o permitido através do n.º 1, alíneas c) ii do aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal. O valor das responsabilidades ainda não reconhecidas em 31 de Dezembro de 2004 ascende a 3395 milhares de euros. A amortização do exercício de 2004, no montante de 299 milhares de euros foi registada por contrapartida de perdas extraordinárias (nota n.º 39).

A movimentação ocorrida nos valores registados em proveitos diferidos durante o exercício de 2004 foi a seguinte:

Proveitos diferidos — Ganhos actuariais por alteração de pressupostos:

Ano	Valor inicial	Saldo em 31 de Dezembro de 2003	Amortiz. em 2004	Saldo em 31 de Dezembro de 2004
20021 .....	1 120	1 008	(112)	896

A diminuição de responsabilidades por alteração de pressupostos registada em 2002 resultou de o BBVA Portugal ter alterado as bases técnicas utilizadas no cálculo do valor actual dos contratos de renda vitalícia existentes para cobertura de responsabilidades com pensões.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas na determinação das responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 e os valores efectivamente verificados foram os seguintes (em percentagem):

Pressupostos	Valores efectivamente verificados		
	2004	2003	
Método actuarial .....	Proj. Unit Credit		
Tábua de mortalidade .....	TV 73/77		
Tábua de invalidez .....	EVK 80 tomada a 50%		
Taxa de rotação .....	MSSL tomada a 50%		
Taxa de rendim. do Fundo ...	6	5,7	4,9
Taxa de crescim. salarial ....	3	4,5	4,4
Taxa de crescim. das pensões	2	2,3	2,2

A avaliação das responsabilidades considera os encargos com os serviços de Assistência Médico-Social (SAMS).

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões é o seguinte:

	2004	2003
Empregados no activo .....	783	833
Reformados e pensionistas .....	83	670
	<u>1 466</u>	<u>1 503</u>

O movimento ocorrido na cobertura das responsabilidades com pensões durante os exercícios de 2004 e 2003 foi o seguinte:

	2004	2003
Valor patrimon. em 31 de Dez. de 2003	175 897	163 143
Contribuições dos empregados .....	188	184
Contrib. do BBVA Portugal (nota n.º 31)	9 146	14 633
Transferências .....	—	325
Rendim. líq. do Fundo (rendim. esperado líq. de ganhos e perdas financeiras)	10 053	7 198
Pensões pagas .....	(10 959)	(9 586)
Valor patrimon. em 31 de Dez. de 2004	184 325	175 897

Em 31 de Dezembro de 2004, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

Acções .....	48
Obrigações .....	327
Unid. de partic. de fundos geridos por entidades do Grupo	5 033
	<u>5 408</u>

As responsabilidades por serviços passados da BBVA Gest e da BBVA Fundos em 31 de Dezembro de 2004 ascendiam a 276 milhares de euros e 250 milhares de euros, respectivamente, encontrando-se totalmente financiadas através da parcela do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal) detido por estas sociedades.

A BBVA Gest e a BBVA Fundos têm como política reconhecer integralmente em resultados as necessidades de financiamento das responsabilidades com pensões geradas em cada exercício, tendo registado durante o exercício de 2004 custos com pensões nos montantes de 37 milhares de euros e 34 milhares de euros.

#### 50 — Participações financeiras:

A informação requerida por esta nota está incluída nas notas n.ºs 3.3, alínea f) e 6.

#### 51 — Reservas, resultados transitados e lucro do exercício:

O movimento nas rubricas de reservas e nos resultados transitados durante o exercício de 2004 foi o seguinte:

	Reservas	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Lucro do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2003 .....	21 010	4 951	23 185	7 553
Aplicação do resultado do exercício de 2003:				
Transferência para reservas .....	—	—	7 553	(7 553)
Registo de provisão para férias e subsídio de férias (notas n.ºs 1 e 27) .....	—	—	(4 200)	—
Transferências .....	(2 241)	—	2 241	—
Outros .....	—	—	23	—
Lucro do exercício .....	—	—	—	9 810
Saldos em 31 de Dez. de 2004 .....	18 769	4 951	28 802	9 810

Na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal através da carta n.º 246/05/DSBDR, de 11 de Janeiro, o Banco registou por contrapartida da rubrica de resultados transitados, uma provisão no montante de 4200 milhares de euros, destinada a fazer face à remuneração do mês de férias e ao subsídio de férias dos seus empregados.

#### Reserva legal:

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constituiu um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

#### Reservas de reavaliação:

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BBVA Portugal ao abrigo das disposições legais e destinam-se à cobertura de prejuízos acumulados ou a aumentar o capital (nota n.º 3.3, alínea g)].

#### Lucro consolidado:

No exercício de 2004 a determinação do lucro consolidado pode ser resumida da seguinte forma:

Resultado individual .....	23 338
Resultados imputáveis ao BBVA Portugal:	
BBVA Gest .....	1 307
BBVA Fundos .....	841
BBVA Leasimo .....	845
BBVA IFC .....	333
Kantara .....	749
	<u>4 075</u>

#### Anulação de dividendos:

BBVA Gest .....	(5 761)
BBVA Fundos .....	(3 800)
BBVA Leasimo .....	(8 042)
	<u>(17 603)</u>

Lucro consolidado do exercício .....

9 810

#### 52 — Interesses minoritários:

Os montantes registados na rubrica interesses minoritários correspondem à parte dos resultados líquidos e dos capitais próprios da BBVA IFC, Instituição Financeira de Crédito, S. A., não detidos pelo BBVA Portugal (49,9%).

#### 53 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixa .....	16 935
Depósitos à ordem no Banco de Portugal .....	69 542
	<u>86 477</u>

De acordo com o Regulamento n.º 2818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes.

A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100 000 euros.

As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

## 54 — Disponibilidades avista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Cheques a cobrar .....	61 078
Depósitos à ordem:	
Em instituições de crédito no estrangeiro .....	6 394
Em instituições de crédito no país .....	81
	<u>67 553</u>

## 55 — Rendimento de títulos:

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

Imobilizações financeiras:

SIBS — Soc. Interbancária de Serviços, S. A. ....	1 655
Unicre — Cartão Internac. de Crédito, S. A. ....	25
	<u>1 680</u>

## 56 — Custos com pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Salários e vencimentos:

Órgãos de gestão e fiscalização (nota n.º 35) .....	157
Empregados .....	31 897
	<u>32 054</u>

Encargos sociais obrigatórios:

Encargos com pensões de reforma (nota n.º 49):

BBVA Portugal .....	3 046
BBVA Gest .....	37
Caixa de Abono de Família .....	2 546
Custos com a segurança social .....	668
SAMS .....	1 629
Seguros .....	302
Outros encargos sociais .....	214

Encargos sociais facultativos:

Serviços clínicos .....	16
Contribuições para associações de empregados .....	46
Outros .....	100
	<u>8 604</u>

Outros custos com o pessoal:

Indemnizações contratuais .....	709
Outros .....	262
	<u>971</u>
	<u>41 629</u>

## 57 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de disponibilidades .....	729
Juros de aplic. em instit. de crédito no país .....	5 416
Juros de aplic. em instit. de crédito no estrangeiro ....	2 036
Juros de crédito interno a curto prazo .....	30 225
Juros de crédito interno a médio e longo prazos ....	51 365
Juros de operações de locação financeira .....	16 988
Juros de crédito ao exterior .....	5 265
Juros de títulos de investimento .....	900
Juros cobrados sobre crédito vencido .....	785
Juros de <i>swaps</i> .....	17 490
	<u>131 199</u>

## 58 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de depósitos de clientes:

À ordem .....	4 184
A prazo .....	16 280
De poupança .....	505
	<u>20 969</u>

Juros de recursos de instit. de crédito no país .....	1 597
Juros de recursos de instit. de crédito no estrangeiro	33 336
Juros de empréstimos subordinados (nota n.º 40) .....	1 895
Juros de <i>swaps</i> .....	15 296
Fundo de Garantia de Depósitos [nota n.º 3.3, al. m)]	765
Outros .....	28
	<u>52 917</u>

	<u>73 886</u>
--	---------------

## 59 — Comissões — proveitos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Por garantias prestadas .....	3 489
Por compromissos perante terceiros .....	1 038
Por oper. cambiais, de taxas de juro e sobre cotações	101
Por serviços prestados:	

Depósito e guarda de valores .....	4 098
Gestão de patrimónios .....	2 589
Gestão de fundos de investimento mobiliário .....	2 189
Resgate e emissão de unidades de participação de	
fundos de investimento mobiliário .....	128
Comissões de distribuição .....	3 006
Montagem de empréstimos .....	2 109
Cobrança de efeitos .....	1 524
Operações sobre títulos .....	1 840
Corretagem .....	896
Outras .....	7 140

Por operações de <i>factoring</i> .....	65
Por operações realizadas por conta de terceiros .....	329
Outras comissões .....	1 841
	<u>32 382</u>

A rubrica de comissões de depósito e guarda de valores inclui 3709 milhares de euros correspondentes às comissões de banco depositário dos fundos de investimento mobiliário geridos pela BBVA Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S. A. e dos fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

A rubrica de comissões de gestão de fundos de investimento mobiliário corresponde às comissões cobradas pela BBVA Gest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., aos fundos mobiliários sob gestão desta sociedade.

A rubrica de comissões de distribuição corresponde à remuneração do BBVA Portugal pela angariação de operações para o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A. (Espanha).

A rubrica de outras comissões inclui 521 milhares de euros relativos à remuneração do BBVA Portugal pela colocação através da rede comercial do Banco, de seguros por conta da BBVA Broker, Correduria de Seguros y Reaseguros.

## 60 — Comissões — custos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Por garantias recebidas .....	1 014
Por compromissos assumidos por terceiros .....	91
Por serviços bancários de terceiros .....	634
Por operações realizadas por terceiros .....	2 184
Outras comissões .....	63
	<u>3 986</u>

A rubrica de comissões por operações realizadas por terceiros inclui comissões pagas pela BBVA Gest à BBVA Gestion pelos serviços de assessoria à gestão de carteira dos fundos de investimento mobiliário geridos pela sociedade, no montante de 253 milhares de euros.

O Conselho de Administração: *José Eduardo Vera Cruz Jardim*, presidente — *Segundo Huarte Martins*, administrador-delegado — *Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos*, vogal — *Ignácio Lacasta Casado*, vogal — *José Luis Joló Marin*, vogal — *José Joaquim Ponte da Silva*, vogal — *José Joaquim Puig de la Bellacasa*, vogal — *Juan Madriaga Asua*, vogal — *Júlio Lopez Gomez*, vogal.

### **Certificação legal das contas (contas consolidadas)**

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, que evidencia um total de 3 881 961 milhares de euros e um total de capital próprio de 194 340 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 9810 milhares de euros, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., em 31 de Dezembro de 2004, e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março, e as Instruções Técnicas de consolidação de contas do Banco de Portugal.

7 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

Nas suas contas individuais, o Banco passou, neste exercício, a reconhecer a responsabilidade com férias e subsídio de férias dos seus

empregados, tendo em consequência e de acordo com autorização concedida pelo Banco de Portugal, registado na rubrica de resultados transitados um montante de 4200 milhares de euros.

21 de Fevereiro de 2005. — Martinez, Carvalheda, Plácido e Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Plácido Norberto dos Inocentes*.

### **Relatório e parecer do conselho fiscal (contas consolidadas)**

O conselho fiscal, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete a VV. Ex.ªs o seu relatório e parecer sobre as contas consolidadas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., da responsabilidade do conselho de administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

#### 1 — Relatório:

Do conselho de administração, obtivemos todos os elementos e informações necessárias à apreciação e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo conjunto das empresas do Grupo, o que agradecemos.

Efectuamos as verificações julgadas necessárias ao processo de consolidação das contas, que compreendem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados e o respectivo anexo que foram elaborados de acordo com o Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março, e com as instruções do Banco de Portugal.

Apreciámos as referidas demonstrações financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2004 e o respectivo relatório do conselho de administração bem como o relatório de fiscalização e a certificação legal das contas consolidadas, emitidos pela sociedade de revisores oficiais de contas, que deverão ser integrados no contexto deste relatório e com os quais concordamos.

#### 2 — Parecer:

Assim, como resultado das verificações e apreciações efectuadas, em nossa opinião o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados e seu anexo e o relatório do conselho de administração, satisfazendo as disposições legais, traduzem adequadamente a situação financeira consolidada do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., e o resultado consolidado das suas operações, pelo que somos de parecer que sejam aprovadas as contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, bem como o relatório de gestão apresentado pelo conselho de administração.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2005. — O Conselho Fiscal: *Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira*, presidente — *Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima*, vogal — *Plácido Norberto dos Inocentes*, em representação de Martinez, Carvalheda, Plácido e Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

### **Relatório de auditoria (contas consolidadas)**

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, que evidencia um total de 3 881 961 milhares de euros e capitais próprios de 194 340 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 9810 milhares de euros, a demonstração dos resultados consolidados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., em 31 de Dezembro de 2004, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

5 — *Ênfases*. — Na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal através da carta n.º 246/05/DSBDR, de 11 de Janeiro, o Banco registou por contrapartida da rubrica de resultados transitados uma provisão no montante de 4200 milhares de euros (notas n.ºs 27 e 51), destinada a fazer face à remuneração do mês de férias e ao subsídio de férias dos seus empregados. Até ao exercício de 2003, estes custos eram reconhecidos no exercício em que eram pagos.

6 — O balanço e a demonstração de resultados consolidados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 são apresentados de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas.

Dado termos sido contratados em Maio de 2004 para auditar as demonstrações financeiras do exercício de 2004, não examinámos aquelas demonstrações financeiras, pelo que não expressamos qualquer opinião sobre as mesmas.

21 de Fevereiro de 2005. — O Auditor, Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luis Augusto Gonçalves Magalhães*.

### Acta n.º 24 da assembleia geral

Aos 28 dias do mês de Fevereiro do ano 2005, pelas 11 horas e 30 minutos, na sua sede social sita em Lisboa, na Avenida da Liberdade n.º 222, reuniu a assembleia geral Universal do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., sociedade anónima com o capital social de 160 milhões de euros — conf. escritura pública de aumento de capital e de alteração de pacto social outorgada nesta data, perante a notária Anabela dos Santos Aguiar Pinto e, exarada a fl. 54 a fl. 55 do Livro de notas para escrituras diversas n.º 1-BJ — titular do cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 502593687, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 2308.

Abriu a sessão o presidente da mesa da assembleia geral, Dr. Adolfo de Castro Brito, secretariado pela Dr.ª Maria do Carmo Barbosa, tendo o presidente verificado estar devidamente representada a totalidade do capital social, porquanto o Dr. José Ponte da Silva, vogal do conselho de administração, apresentou-se munido de poderes de representação, tendo exibido as competentes cartas-mandato — as quais ficarão devidamente arquivadas — subscritas pelos accionistas, Canal International Holding, S. A., detentora de 144 761 344 acções, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A., detentor de 15 238 506 acções, e ainda os accionistas Dr.ª Maria de Lourdes Silva, Dr. José Leite Monteiro e Dr. José Vera Cruz Jardim, cada um detentor de 50 acções.

Nesta conformidade, a assembleia reuniu-se de acordo com os requisitos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, dispensando-se assim, a observância de formalidades prévias, nomeadamente a da convocatória.

Estavam ainda presentes todos os membros do actual conselho de administração e do conselho fiscal do Banco.

Atento o exposto, o presidente da mesa verificou estarem reunidos todos os requisitos para a assembleia poder validamente funcionar, tendo o Dr. José Ponte da Silva, em nome dos accionistas Canal International Holding, S. A., Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A., a Dra. Maria de Lourdes Silva, Dr. José Leite Monteiro e Dr. José Vera Cruz Jardim, manifestado a vontade de reunir e deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro do ano 2004, incluindo a respectiva consolidação prevista no Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março;

2 — Discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

4 — Apreciação do pedido de renúncia ao cargo de vogal revisor oficial de contas suplente do conselho fiscal, da sociedade KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., que incorporou por fusão a sociedade Figueiredo, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A. e do seu representante.

5 — Deliberar sobre a nomeação da sociedade Deloitte & Associados, SROC, S. A., representada pelo Dr. Luis Augusto Gonçalves Magalhães — como vogal ROC suplente do conselho fiscal do Banco.

O presidente da mesa, informou a assembleia que iria dar início à ordem de trabalhos, com a entrada na discussão do ponto um da mesma, passando a palavra ao Dr. José Ponte da Silva, o qual esclareceu que todos os elementos relevantes do exercício se encontravam explícitos no relatório apresentado, nada tendo a acrescentar ao mesmo, tendo-se colocado à disposição dos presentes para prestar qualquer informação suscitada pelos mesmos.

Ninguém tendo pretendido usar da palavra, o presidente da mesa colocou à votação o relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, incluindo a respectiva consolidação das contas relativas às sociedades participadas pelo Banco, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março, propondo como metodologia de voto que a votação fosse efectuada simultaneamente.

Dado não haver qualquer oposição, passou-se à votação, tendo o ponto 1 da ordem de trabalhos sido aprovado por unanimidade.

Entrando-se de seguida na discussão do ponto 2 da ordem de trabalhos, o presidente da mesa informou que dera entrada na mesa uma proposta subscrita pelo conselho de administração, com o seguinte teor:

«O conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, no valor de 23 338 378,39 euros, seja aplicado conforme se passa a expor:

10% para a reserva legal, no montante de 2 333 837,84 euros;  
21 004 540,55 euros para resultados transitados.»

O presidente da mesa colocou a proposta apresentada à discussão da assembleia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Entrando-se de seguida na discussão do ponto três da ordem de trabalhos, o Dr. José Ponte da Silva, em nome dos accionistas, Canal International Holding, S. A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A., procedeu à leitura da seguinte proposta:

«Apreciados e aprovados o relatório, balanço e contas, incluindo as consolidadas, do conselho de administração e os relatórios e pareceres do conselho fiscal relativamente ao exercício de 2004 e as contas consolidadas, propomos que esta assembleia geral aprove um voto de confiança a estes dois órgãos sociais, bem como a todos os seus membros.»

O presidente da mesa colocou a proposta apresentada, à discussão da assembleia e seguidamente à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Entrando-se de seguida na discussão do ponto quatro da ordem de trabalhos, o presidente da mesa, informou os presentes que havia sido comunicada ao presidente do conselho fiscal do Banco — através de carta datada de 25 de Fevereiro p. p. — a renúncia da sociedade KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., que incorporou por fusão a sociedade Figueiredo, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A. e do seu representante, Dr. Paulo Guilherme Quartin Figueiredo da Silva, ao cargo de vogal ROC suplente do conselho fiscal do Banco, a qual foi apreciada e aprovada por unanimidade.

Entrando-se de seguida da discussão do ponto 5 da ordem de trabalhos, foi igualmente, deliberado por unanimidade, a nomeação para o cargo de vogal ROC suplente do conselho de administração até ao final do triénio em curso, a sociedade Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., inscrita na Ordem de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 43, com sede no Edifício Atrium Saldanha, 1, 6.º, Lisboa, pessoa colectiva n.º 501776311, com o capital social de 500 000 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 11 743, representada pelo Dr. Luís Augusto Gonçalves Magalhães, que também usa, Luís Magalhães, casado, revisor oficial de contas n.º 550, com domicílio na morada acima referida.

Por nada mais haver a deliberar, o presidente da mesa procedeu ao encerramento da sessão pelas 13 horas e 30 minutos, tendo sido arquivada toda a documentação, designadamente, a lista de presenças, bem como as cartas de representação dos accionistas que se fizeram representar nesta assembleia, tendo sido lavrada e aprovada a presente acta, que vai devidamente assinada pelo presidente da mesa e pela secretária.

(Sem assinaturas.)

2007296225

## COMPTA — EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S. A.

### Relatório n.º 13-T/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 44 553; identificação de pessoa colectiva n.º 500069901; data da apresentação: 28 de Junho de 2002.

Oswaldo Adérito Almeida Brazão Carvalho, segundo-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª secção):

Certifica, que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas consolidadas, relativo ao exercício do ano de 2001.

Está conforme o original.

21 de Fevereiro de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Oswaldo Adérito Almeida Brazão Carvalho*.

### Relatório e contas de 2001

#### Informação geral sobre a actividade da COMPTA e restantes empresas englobadas na consolidação no exercício de 2001

No cumprimento do normativo em vigor, o conselho de administração da COMPTA — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A., vem prestar informação sobre a actividade da empresa, bem como das restantes sociedades englobadas na consolidação de contas, em relação ao exercício de 2001.

Em relação ao grupo de empresas objecto da consolidação de contas, os factos mais relevantes ocorridos no exercício em apreço podem sintetizar-se nos seguintes números (em euros):

#### Investimentos e desinvestimentos:

Imobilizado incorpóreo .....	1 646 813
Imobilizado corpóreo .....	7 861 369
Imobilizado financeiro .....	5 938

#### Operações financ. (acréscimo líq. no período):

Crédito bancário de curto prazo .....	2 752 430
Crédito bancário de médio e longo prazos .....	(1 745 793)

Volume de negócios .....

46 733 669

#### Custos mais significativos:

Custos com o pessoal .....	18 850 191
Amortizações .....	3 874 189

Resultados financeiros .....

(1 675 013)

Valor global das provisões para créditos de cobrança duvidosa .....

391 762

543 pessoas ao serviço no final do período.

## Relatório do conselho de administração

De seguida é apresentada uma análise mais detalhada do que foi a actividade de cada uma das sociedades englobadas na consolidação.

### 1 — COMPTA — Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

#### 1.1 — Actividade comercial

A COMPTA desenvolve a sua actividade fundamentalmente em duas áreas — oferta de soluções integradas para as áreas das telecomunicações e de sistemas de informação para as médias e grandes empresas (a sua actividade tradicional) e na prestação de serviços quer no campo das telecomunicações quer das tecnologias de informação.

O exercício de 2001 caracterizou-se por um acentuado abrandamento da procura o que afectou significativamente as empresas portuguesas prestadoras de serviços de consultoria em tecnologias de informação. Também no que à área das telecomunicações diz respeito o panorama não foi mais risonho. Os investimentos necessários à exploração dos UMTS não tiveram ainda início e, conseqüentemente, não mostraram na actividade da COMPTA o impacto esperado. O adiamento de decisões na concretização de investimentos e na adjudicação de contratos são sintomas claros desta situação.

Assim, o ano de 2001 foi para a COMPTA um período de retracção em termos de volume de negócios. Contudo, um modelo de negócio suficientemente diversificado, solidamente sustentado numa base instalada de apreciável dimensão permitiram enfrentar com firmeza este período de crise acentuada que se traduziu numa notória quebra da procura.

Os condicionalismos de funcionamento do mercado, consequência de condições de concorrência crescente que decorrem da globalização, agravaram-se, o que justifica plenamente a aposta da COMPTA no sentido de reforçar a sua actuação na zona de prestação de serviços. Não fossem as condições adversas da conjuntura e o desaparecimento de um negócio com algum significado (decorrente da aquisição da Tandem pela Compaq e o resultado ter-se-ia exposto numa maneira muito mais visível.

O volume de negócios foi de 31 milhões de euros, cerca de 33% abaixo do valor alcançado no exercício anterior. Pelo lado dos produtos as vendas ascenderam a 19 milhões de euros (— 42% do que em 2000) e na área da prestação de serviços encontra-se uma contribuição de 12 milhões de euros, valor um pouco inferior ao alcançado em 2000.

#### 1.2 — Estratégia

Atenta aos últimos desenvolvimentos e tendências do mercado, caracterizado por um sentido recessivo da economia mundial, ao *flop* do fenómeno da nova economia, incipiente nível de investimentos em TI por parte da administração pública e adiamento da entrada em funcionamento do UMTS e fraco nível de investimento por parte dos sobreviventes operadores de telecomunicações, pela globalização dos mercados e pela concentração económica e pela crescente desintermediação, a COMPTA continuou a reforçar as medidas destinadas a melhorar a sua competitividade nas áreas em que actua.

A COMPTA oferece ao mercado um vasto leque de soluções e serviços abrangendo as áreas das redes multiserviço ATM, Frame Relay e TCP/IP, redes locais e a sua interligação, gestão e operação de redes e de sistemas, voz sobre DSL (VoDSL), transmissão de vídeo sobre redes 2.5 e 3G, equipamento para teste de redes, *contact centers*, sistemas de resposta interactiva por voz (IVR), controlo de custos de comunicações, *data mining* e *data warehousing*, *help desk*, gestão de conteúdo, arquivo e *workflow*, Enterprise Application Integration (EAI), segurança de redes e de sistemas de informação, apresentação e pagamento electrónico de documentos (EBPP), vídeo comunicações, etc.

A oferta da COMPTA desenvolve-se não apenas através da sua actividade comercial junto dos utilizadores finais de tecnologia mas também através duma actividade indirecta, em parceria com operadores de telecomunicações, consultores e grandes fabricantes internacionais. Neste sentido, tem apostado na celebração e consolidação de parcerias com entidades de reconhecida notoriedade, nomeadamente as que celebrou, e oportunamente publicitou, com a Sun Microsystems, Emblaze, Checkfree, etc.

Nas soluções que disponibiliza no mercado, a COMPTA inclui produtos de alguns dos principais *leaders* mundiais no mercado das tecnologias de informação, com os quais mantém um relacionamento privilegiado, destacando-se entre eles, Allot Communications, Altitude Software, Angoss, Checkfree, Cirpack, Cisco Systems, DataPulse CTI, Emblaze, Filenet Corporation, Genesys Labs, Goldmine, HP, Inter-